



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

EXPERIENCIA

SUPLEMENTO AO N.º 98

QUINTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1968

CAPITAL FEDERAL

## SENADO FEDERAL

### ATA DA 120.<sup>a</sup> SESSÃO EM 19 DE JUNHO DE 1968

2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária  
da 6.<sup>a</sup> Legislatura  
EXTRAORDINÁRIA

PRESIDENCIA DO SR. AARÃO  
STEINBRUCH

As 21 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Oscar Passos — Álvaro Maia — Edmundo Levi — Arthur Virgílio — Milton Trindade — Pedro Carneiro — Lobão da Silveira — Achilles Cruz — Sebastião Archer — Victorino Freire — Petrônio Portela — Menezes Pimentel — Wilson Gonçalves — Luiz de Barros — Dinarte Mariz — Manoel Villaga — Pereira Diniz — Argemiro de Figueiredo — Rui Palmeira — Arnon de Melo — Dylton Costa — José Leite — Aloysio de Carvalho — Eduardo Catalão — Josaphat Marinho — Carlos Lindenberg — Enrico Rezende — Raul Giuberti — Paulo Tôres — Aarão Steinbruch — Vasconcelos Tôres — Mário Martins — Aurélio Vianna — Gilberto Marinho — Milton Campos — Benedicto Valladares — Nogueira da Gama — Carvalho Pinto — Lino de Mattos — Péricles Pedro — Pedro Ludovico — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Bezerra Neto — Ney Braga — Milton Menezes — Álvaro Catão — Antônio Carlos — Atílio Fontana — Guido Mondin — Daniel Krieger — Mem. de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Srs. Senadores. Havendo número regimental,

declaro aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.<sup>o</sup>-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é, sem debates, aprovada.

O Sr. 1.<sup>o</sup>-Secretário lê o seguinte

### EXPEDIENTE

#### MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

#### MENSAGEM

N.º 220, DE 1968

(N.º 377/68, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Embaixador Henrique de Souza Gomes, ocupante do cargo de Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Socialista da Tcheco-Eslováquia, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961.

2. Os méritos do Embaixador Henrique de Souza Gomes, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 19 de junho de 1968.  
— A. Costa e Silva

Em 14 de junho de 1968.

921.1(42)(80e)

DP/DA/O/122/312.4

A Sua Excelência o Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Excelência, conforme preceituam os artigos 22 e 23 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, o anexo projeto de mensagem relativo à indicação do Senhor Henrique de Souza Gomes, ocupante do cargo de Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para o exercício da função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Socialista da Tcheco-Eslováquia.

2. Parece-me dispensável realçar os méritos pessoais do Embaixador Henrique de Souza Gomes, cuja folha de serviços prestados ao Itamarati bem o recomenda para a alta função que o Governo de Vossa Excelência pretende confiar-lhe.

3. O Ministério das Relações Exteriores elaborou curriculum vitae do Embaixador Henrique de Souza Gomes, o qual, juntamente com a mensagem ora submetida à assinatura de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal, para exame e decisão de seus ilustres membros.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito.

José de Magalhães Pinto

"CURRICULUM VITAE"

DO EMBAIXADOR HENRIQUE DE SOUZA GOMES

1. Nascido no Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1907. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Membro da "American Society of International Law".
2. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores, como Adido à Secretaria de Estado, em 11 de novembro de 1929; foi nomeado Terceiro Oficial, por concurso, em 11 de fevereiro de 1930; classificado Cônsul de Terceira Classe, em 17 de janeiro de 1931; promovido a Cônsul de Segunda Classe, por antigüidade, em 19 de fevereiro de 1934; promovido a Primeiro-Secretário, por merecimento, em 23 de dezembro de 1942; promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 10 de dezembro de 1945; promovido a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 6 de novembro de 1953.
3. Exerceu as seguintes funções no exterior: Segundo-Secretário da Embaixada do Brasil no Uruguai; Segundo-Secretário da Embaixada do Brasil na Itália; Delegado-Substituto da Delegação do Brasil às Nações Unidas; Delegado, com categoria de Embaixador, da Delegação do Brasil em Genebra. Exerce, atualmente, a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé e de enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.
4. Além dessas funções, foi designado para o exercício das seguintes missões e comissões: Encarregado dos Serviços Comerciais da Secretaria de Estado das Relações Exterio-

res, em 1931; Auxiliar do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 1933; Auxiliar de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 1934; Encarregado de organizar o índice alfabético dos Regulamentos para os Serviços Diplomáticos e Consulares, em 1934; Encarregado dos Serviços Consulares da Embaixada do Brasil na Itália, de 1937 a 1939; Secretário do Chefe do Departamento Diplomático e Consular, de 1942 a 1944; Secretário da Primeira Subcomissão da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, em 1942; Secretário da Seção de Segurança Nacional, em 1943; Secretário da Embaixada Especial à posse do Presidente do Paraguai, em 1943; Oficial de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 1944; Secretário da Delegação do Brasil à Conferência Interamericana sobre os Problemas da Guerra e da Paz, na cidade do México, em 1945; Secretário-Geral da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas, em São Francisco, em 1945; Delegado do Brasil à II Parte da Primeira Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1946; Representante do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1947; Chefe, interino, da Delegação do Brasil às Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1947; Delegado, substituto, do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1947; Delegado do Brasil junto ao Comitê Interino da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1948; Representante do Brasil na Comissão Especial da Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1948; Delegado do Brasil à Assembleia-Geral Extraordinária das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1948; Delegado do Brasil à Terceira Sessão Regular da Assembleia-Geral

das Nações Unidas, em Paris, em 1948; Chefe da Divisão Política do Departamento Político-cultural do Ministério das Relações Exteriores, em 1949; Delegado do Brasil à Quarta Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1949; Membro da Comissão de Reparação de Guerra, como representante do Itamarati, em 1950; Delegado do Brasil à Quinta Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1950; Chefe, interino, do Departamento Político e Cultural do Ministério das Relações Exteriores, em 1951; Diretor, substituto, da Sessão de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores, em 1951; Membro da Comissão Organizadora da VIII Assembleia da Comissão Interamericana de Mulheres, no Rio de Janeiro, em 1952; designado para elaborar as instruções da Delegação do Brasil à VII Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, coordenando as contribuições dos diversos órgãos do Governo Brasileiro e do Ministério das Relações Exteriores, em 1952; Delegado do Brasil à VII Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1952; Delegado do Brasil à VIII Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1953; Membro da Comissão incumbida de estudar o programa da X Conferência Interamericana, em Caracas, em 1954; Chefe do Departamento Político e Cultural do Ministério das Relações Exteriores, em 1954; Delegado do Brasil à IX Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1954; Diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores, em 1955; Secretário-Geral, substituto, do Ministério das Relações Exteriores, em 1955; Delegado do Brasil à X Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1955; Secretário-Geral, interino, do Ministério das Relações Exteriores, em 1956; Presi-

dente da Comissão incumbida de elaborar projeto de reestruturação do Ministério das Relações Exteriores, em 1956; Membro da Comitiva Presidencial à Reunião dos Presidentes das Repúblicas Americanas, no Panamá, em 1956; Presidente da Comissão incumbida de elaborar as instruções da Delegação do Brasil à XI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 1956; Chefe da Delegação Brasileira à XXIV Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, em 1957; Observador do Brasil à VIII Sessão (extraordinária) do Comitê Executivo do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, em Genebra, em 1957; Observador do Brasil à IX Sessão do Comitê Executivo do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, em Genebra, em 1957; Delegado do Brasil ao Comitê "ad hoc" para a Agenda e Assuntos Interseccionais do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1957; Chefe da Delegação Brasileira à VII Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias em Genebra, em 1957; Chefe da Delegação Brasileira à III Sessão das Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1957; Delegado do Brasil à VI Sessão de Subcomitê Permanente do Programa e à VII Sessão do Comitê Executivo do Fundo de Emergência das Nações Unidas para Refugiados, em Genebra, em 1958; Chefe da Delegação do Brasil à X Sessão do Comitê Executivo e à VIII Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, em Genebra, em 1958; Delegado do Brasil à VIII Sessão do Comitê Executivo do Fundo de Emergência das Nações Unidas para Refugiados, em Genebra, em 1958; Delegado do Brasil à IX Sessão (extraordinária) do Comitê Executivo do Fundo de Emergência das Nações

Unidas para Refugiados, em Genebra, em 1958; Delegado do Brasil ao Comitê ad hoc para a Agenda e Assuntos Interseccionais do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1958; Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Internacional do Trigo, em Genebra, em 1958; Chefe da Delegação do Brasil à XI Sessão do Comitê Executivo e à IX Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, em Genebra, em 1958; Delegado do Brasil à Reunião de Estudos do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, em São Francisco, em 1959; Chefe da Delegação do Brasil à XII Sessão do Comitê Executivo e à X Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, em Genebra, em 1959; Chefe da Delegação do Brasil à XIII Sessão do Comitê Executivo e à XI Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, em Genebra, em 1959; Chefe da Delegação do Brasil à XII Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, em Nápoles, em 1960; Membro da Delegação do Governo Brasileiro às solenidades de comemoração do 80.º aniversário natalício de Sua Santidade o Papa João XXIII, em 1961; Embaixador Extraordinário, em Missão Especial à inauguração do Segundo Concílio Ecumênico do Vaticano, em setembro de 1962; Membro da Missão Extraordinária do Brasil às Cerimônias de Encerramento do Concílio Ecumênico, em 1965; Embaixador Extraordinário, em Missão Especial à cerimônia de Coroação de Sua Santidade o Papa Paulo VI, em junho de 1963.

5. Consultados os assentamentos pessoais do Embaixador Henrique de Souza Gomes, verificou-se que:

- a) nada consta deles que o desabone;
- b) foi várias vezes elogiado pelo desempenho dado às funções que lhe foram cometidas;
- c) foi agraciado com a Grã-Cruz do Mérito, com Placa e Cordão da Ordem Soberana e Militar

Jerosolimitana de Malta e com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco.

6. O Embaixador Henrique de Souza Gomes, atualmente Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé, é indicado para o exercício da função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Socialista da Tchecoslováquia.

Secretaria de Estado, em de 1968. — Walter Wehrs — Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO N.º 807, DE 1968

Requeremos urgência, nos termos do art. 326, n.º 5-B, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 89/68, que dispõe sobre os vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal de Primeira Instância.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1968. Filinto Müller, Líder da ARENA — Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — O requerimento que acabou de ser lido será votado após a Ordem do Dia. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO N.º 808, DE 1968

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de

1968 (n.º 1.138/68, na Casa de origem), que dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1968 — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Em consequência, passa-se à discussão e votação da redação final a que se refere o requerimento. Em discussão, a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores, que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Para acompanhar, na Câmara, o estudo do Substitutivo do Senado, designo o nobre Senador Eurico Rezende, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

É a seguinte a redação final aprovada.

#### PARECER

N.º 526, DE 1968

#### DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1968 (número 1.138/68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Alvaro Maia

A Comissão apresenta a redação final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1968 (n.º 1.138/68, na Casa de origem), que dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1968. — Manoel Villaça, Presidente — Alvaro Maia, Relator — Edmundo Levi.

#### ANEXO AO PARECER

N.º 526/68

Redação final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1968 (n.º 1.138/68, na Casa de origem).

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

**Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decretará:

#### CAPÍTULO I

##### Da Fatura e da Duplicata

Art. 1.º — Em todo o contrato de compra e venda mercantil entre partes domiciliadas no território brasileiro, com prazo não inferior a 30 (trinta) dias, contado da data da entrega ou despacho das mercadorias, o vendedor extrairá a respectiva fatura para apresentação ao comprador.

§ 1.º — A fatura discriminará as mercadorias vendidas ou, quando convier ao vendedor, indicará somente os números e valores das notas parciais expedidas por ocasião das vendas, despachos ou entregas das mercadorias.

§ 2.º — A fatura terá rodapé destacável, em que constarão o número, a data e a importância dela, o qual, devidamente assinado, será restituído ao vendedor, como comprovante do recebimento da mercadoria faturada.

Art. 2.º — No ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador.

§ 1.º — A duplicata conterá:

I — a denominação "duplicata", a data de sua emissão e o número de ordem;

II — o número da fatura;

III — a data certa do vencimento ou a declaração de ser a duplicata à vista;

IV — o nome e domicílio do vendedor e do comprador;

V — a importância a pagar, em algarismos, e por extenso;

VI — a praça de pagamento;

VII — a cláusula à ordem;

VIII — a declaração do reconhecimento de sua exatidão e da obrigação de pagá-la, a ser assinada pelo comprador, como aceite cambial;

IX — a assinatura do emittente.

§ 2.º — Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura.

§ 3.º — Nos casos de venda para pagamento em parcelas, poderá ser emitida duplicata única, em que se discriminarão todas as prestações e seus vencimentos, ou série de duplicatas, uma para cada prestação, distinguindo-se a numeração a que se refere o item I do parágrafo 1.º deste artigo, pelo acréscimo de letra do alfabeto, em sequência.

Art. 3.º — A duplicata indicará sempre o valor total da fatura, ainda que o comprador tenha direito a qualquer rebate, mencionando o vendedor o valor líquido que o comprador deverá reconhecer como obrigação de pagar.

§ 1.º — Não se incluirão no valor total da duplicata os abatimentos de preços das mercadorias feitas pelo vendedor até o ato do faturamento, desde que constem da fatura.

§ 2.º — A venda mercantil para pagamento contra a entrega da mercadoria ou do conhecimento de transporte, sejam ou não da mesma praça vendedor e comprador, ou para pagamento em prazo inferior a 30 (trinta) dias, contado da entrega ou despacho das mercadorias, poderá representar-se, também, por duplicata, em que se declarará que o pagamento será feito nessas condições.

**Art. 4.º** — Nas vendas realizadas por consignatários ou comissários e faturadas em nome e por conta do consignante ou comitente, caberá àqueles cumprir os dispositivos desta Lei.

**Art. 5.º** — Quando a mercadoria for vendida por conta de consignatário, este é obrigado, na ocasião de expedir a fatura e a duplicata, a comunicar a venda ao consignante.

§ 1.º — Por sua vez, o consignante expedirá fatura e duplicata correspondente à mesma venda, a fim de ser esta assinada pelo consignatário, mencionando-se o prazo estipulado para a liquidação do saldo da conta.

§ 2.º — Fica o consignatário dispensado de emitir duplicata quando na comunicação a que se refere o § 1.º declarar que o produto líquido apurado está à disposição do consignante.

## CAPÍTULO II

### Da Remessa e da Devolução da Duplicata

**Art. 6.º** — A remessa da duplicata poderá ser feita diretamente pelo vendedor ou por seus representantes, por intermédio de instituições financeiras, procuradores ou correspondentes que se incumbem de apresentá-la ao comprador na praça ou no lugar de seu estabelecimento, podendo os intermediários devolvê-la, depois de assinada, ou conservá-la em seu poder até o momento do resgate, segundo as instruções de quem lhes cometeu o encargo.

§ 1.º — O prazo para remessa da duplicata será de 30 (trinta) dias, contado da data de sua emissão.

§ 2.º — Se a remessa for feita por intermédio de representantes, instituições financeiras, procuradores ou correspondentes, estes deverão apresentar o título ao comprador dentro de 10 (dez) dias, contados da data de

seu recebimento na praça de pagamento.

**Art. 7.º** — A duplicata, quando não for à vista, deverá ser devolvida pelo comprador ao apresentante dentro do prazo de 10 (dez) dias, contado da data de sua apresentação, devidamente assinada ou acompanhada de declaração, por escrito, contendo as razões da falta do aceite.

§ 1.º — Havendo expressa concordância da instituição financeira cobradora, o sacado poderá reter a duplicata em seu poder até a data do vencimento, desde que comunique, por escrito, à apresentante o aceite e a retenção.

§ 2.º — A comunicação de que trata o parágrafo anterior substituirá, quando necessário, no ato do protesto ou na ação executiva de cobrança, a duplicata a que se refere.

**Art. 8.º** — O comprador só poderá deixar de aceitar a duplicata por motivo de:

I — avaria ou não recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco;

II — vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, devidamente comprovados;

III — divergência nos prazos ou nos preços ajustados.

## CAPÍTULO III

### Do Pagamento das Duplicatas

**Art. 9.º** — É lícito ao comprador resgatar a duplicata antes de aceitá-la ou antes da data do vencimento.

§ 1.º — A prova do pagamento é o recibo, passado pelo legítimo portador ou por seu representante com poderes especiais, no verso do próprio título ou em documento, em separado, com referência expressa à duplicata.

§ 2.º — Constituirá, igualmente, prova de pagamento, total ou parcial, da duplicata, a liquidação de cheque, a favor do estabelecimento endossatário, no qual conste, no verso, que seu valor se destina à amortização ou liquidação da duplicata nele caracterizada.

**Art. 10** — No pagamento da duplicata poderão ser deduzidos quaisquer créditos a favor do devedor, resultantes de devolução de mercadorias, diferenças de preço, enganos verificados, pagamentos por conta e outros motivos assemelhados, desde que devidamente autorizados.

**Art. 11** — A duplicata admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento, mediante declaração em separado ou nela escrita, assinada pelo vendedor ou endossatário, ou por representante com poderes especiais.

**Parágrafo único** — A reforma ou prorrogação de que trata este artigo, para manter a obrigação dos demais intervenientes por endosso ou aval, requer a anuência expressa destes.

**Art. 12** — O pagamento da duplicata poderá ser assegurado por aval, sendo o avalista equiparado àquele cujo nome indicar; na falta da indicação, àquele abaixo de cuja firma lançar a sua; fora desses casos, ao comprador.

**Parágrafo único** — O aval dado posteriormente ao vencimento do título produzirá os mesmos efeitos que o prestado anteriormente àquela ocorrência.

## CAPÍTULO IV

### Do Protesto

**Art. 13** — A duplicata é protestável por falta de aceite, de devolução ou de pagamento:

I — por falta de aceite o protesto será tirado mediante apresentação da duplicata, ou à vista da

triplicata, extraída, datada e, assinada pelo vendedor, e acompanhada da cópia da fatura, ou, ainda, mediante apresentação de qualquer documento comprobatório do recebimento do título pelo sacado, além do recibo a que se refere o § 2.º do art. 1.º, ou de outro documento comprobatório da entrega da mercadoria;

II — por falta de devolução o protesto será tirado mediante apresentação de qualquer documento comprobatório do recebimento do título pelo sacado;

III — por falta de pagamento o protesto será tirado em face da duplicata ou da triplicata, em qualquer tempo depois de seu vencimento e enquanto não prescrita a ação competente.

§ 1.º — O protesto será tirado na praça de pagamento constante do título.

§ 2.º — O portador que não tirar o protesto da duplicata, em forma regular e dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de seu vencimento, perderá o direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas.

Art. 14 — Nos casos de protestos por falta de aceite ou de devolução da duplicata, o instrumento de protesto deverá conter, além dos requisitos enumerados no art. 29 da Lei n.º 2.044, de 31 de dezembro de 1908, a transcrição literal do recibo passado, pelo sacado, no rodapé da fatura ou em documento comprobatório da entrega da mercadoria.

## CAPÍTULO V

### Da Ação para Cobrança da Duplicata

Art. 15 — Será processada pela forma executiva a ação do credor por duplicata, aceita pelo devedor, protestada ou não, e por duplicata não aceita e protestada desde que do instrumento de protesto constem os requisitos enumerados no art. 14.

§ 1.º — Distribuída a petição inicial, apresentada em 3 (três) vias, determinará o Juiz, em cada uma delas, independentemente da expedição do mandado, a citação do réu, que se fará mediante a entrega da terceira via e o recolhimento do correspondente recibo do executado na segunda via, que integrará os autos.

§ 2.º — Havendo mais de um executado, o autor entregará, com a inicial, mais uma via por executado, para fins da citação de que trata o parágrafo anterior.

§ 3.º — Não sendo paga a dívida no prazo de 24 horas, proceder-se-á à penhora dos bens do réu.

§ 4.º — Feita a penhora, o réu terá o prazo de 5 (cinco) dias para contestar a ação.

§ 5.º — Não contestada a ação, os autos serão, no dia imediato, conclusos ao Juiz, que proferirá sentença no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 6.º — Contestada a ação, o Juiz procederá a uma instrução sumária, facultando às partes a produção de provas dentro de um tríduo e decidirá, em seguida, de acordo com o seu livre convencimento, sem eximir-se do dever de motivar a decisão, indicando as provas e as razões em que se fundar.

§ 7.º — O Juiz terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para proferir os despachos de expedientes e as decisões interlocutórias e o de 10 (dez) dias para as decisões terminativas ou definitivas.

§ 8.º — O recurso cabível da sentença proferida em ação executiva será o de agravo de instrumento, sem efeito suspensivo.

§ 9.º — A sentença que condenar o executado determinará, de plano, a execução da penhora, nos próprios autos, independentemente da citação do réu.

§ 10 — Os bens penhorados de valor conhecido serão leiloados no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da sentença, e os não conhecidos sofrerão avaliação, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 11 — Da quantia apurada no leilão, pagar-se-á ao credor o valor da condenação e demais cominações legais, lavrando o escrivão o competente termo homologado pelo Juiz.

Art. 16 — Será processada pela forma ordinária a ação do credor por duplicata não aceita e não protestada, bem como a ação para elidir as razões invocadas pelo devedor para o não-aceite do título nos casos previstos no art. 8.º

§ 1.º — A apresentação e a distribuição da petição inicial se regularão pelas disposições dos parágrafos 1.º e 2.º do artigo anterior.

§ 2.º — Não contestada, será a ação processada pelo rito sumário de que trata o art. 15 desta Lei, devendo a sentença condenatória determinar a expedição de mandado de penhora.

Art. 17 — O foro competente para a ação de cobrança da duplicata será o da praça de pagamento constante do título.

Art. 18 — A ação de cobrança da duplicata prescreve:

I — contra o sacado e respectivos avalistas, em 3 (três) anos, contados da data do vencimento do título;

II — contra endossante e seus avalistas, em um (1) ano, contado da data do protesto;

III — de qualquer dos coobrigados contra os demais, em 1 (um) ano, contado da data em que haja sido efetuado o pagamento do título.

§ 1.º — A ação de cobrança poderá ser proposta contra um ou contra todos os coobrigados, sem observância da ordem em que figurem no título.

§ 2.º — Os coobrigados da duplicata respondem solidariamente pelo aceite e pelo pagamento.

## CAPÍTULO VI

### Da Escrita Especial

Art. 19 — A adoção do regime de vendas de que trata o art. 2.º desta Lei obriga o vendedor a ter e a escriturar o Livro de Registro de Duplicatas.

§ 1.º — No Registro de Duplicatas serão escrituradas, cronologicamente, todas as duplicatas emitidas, com o número de ordem, data e valor das faturas originárias e data de sua expedição; nome e domicílio do comprador; anotação das reformas, prorrogações e outras circunstâncias necessárias.

§ 2.º — Os Registros de Duplicatas, que não poderão conter emendas, borrões, rasuras ou entrelinhas, deverão ser conservados nos próprios estabelecimentos.

§ 3.º — O Registro de Duplicatas poderá ser substituído por qualquer sistema mecanizado, desde que os requisitos deste artigo sejam observados.

## CAPÍTULO VII

### Das Duplicatas de Prestação de Serviços

Art. 20 — As empresas, individuais ou coletivas, fundações ou sociedades civis, que se dediquem à prestação de serviços, poderão, também, na forma desta Lei, emitir fatura e duplicata.

§ 1.º — A fatura deverá discriminar a natureza dos serviços prestados.

§ 2.º — A soma a pagar em dinheiro corresponderá ao preço dos serviços prestados.

Art. 21 — O sacado poderá deixar de aceitar a duplicata de prestação de serviços por motivo de:

- I — não correspondência com os serviços efetivamente contratados;
- II — vícios ou defeitos na qualidade dos serviços prestados, devidamente comprovados;
- III — divergência nos prazos ou nos preços ajustados.

Art. 22 — Equiparam-se às entidades constantes do artigo 20, para os efeitos da presente Lei, ressalvado o disposto no Capítulo VI, os profissionais liberais e os que prestam serviço de natureza eventual, desde que o valor do serviço ultrapasse a NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos).

§ 1.º — Nos casos deste artigo, o credor enviará ao devedor fatura ou conta que mencione a natureza e valor dos serviços prestados, data e local do pagamento e o vínculo contratual que deu origem aos serviços executados.

§ 2.º — Registrada a fatura ou conta no Cartório de Títulos e Documentos, será ela remetida ao devedor, com as cautelas constantes do art. 6.º

§ 3.º — O não-pagamento da fatura ou conta no prazo nela fixado autorizará o credor a levá-la a protesto, valendo, na ausência do original, certidão do cartório competente.

§ 4.º — O instrumento do protesto, elaborado com as cautelas do art. 14, discriminando a fatura ou conta original ou a certidão do Cartório de Títulos e Documentos, autorizará o ajuizamento da competente ação executiva na forma prescrita nesta Lei.

## CAPÍTULO VIII

### Das Disposições Gerais

Art. 23 — A perda ou extravio da duplicata obriga o vendedor a extrair triplicata, que terá os mesmos efeitos e requisitos e obedecerá às mesmas formalidades daquela.

Art. 24 — Da duplicata poderão constar outras indicações, desde que não alterem sua feição característica.

Art. 25 — Aplicam-se à duplicata e à triplicata, no que couber, os dispositivos da legislação sobre emissão, circulação e pagamento das Letras de Câmbio.

Art. 26 — O art. 172 do Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 172 — Expedir, ou aceitar, duplicata que não corresponda, juntamente com a fatura respectiva, a uma venda efetiva de bens

ou a uma real prestação de serviço.

**Pena** — Detenção de um a cinco anos, e multa equivalente a 20% sobre o valor da duplicata.

**Parágrafo único** — Nas mesmas penas incorrerá aquele que falsificar ou adulterar a escrituração do Livro de Registro de Duplicatas.”

Art. 27 — O Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério da Indústria e do Comércio, baixará, dentro de 120 (cento e vinte) dias da data da publicação desta Lei, normas para padronização formal dos títulos e documentos nela referidos, fixando prazo para sua adoção obrigatória.

Art. 28 — Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogando-se a Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936, a Lei n.º 4.068, de 9 de junho de 1962, os Decretos-Leis n.ºs 265, de 28 de fevereiro de 1967, 320, de 29 de março de 1967, 331, de 21 de setembro de 1967, e 345, de 28 de dezembro de 1967, na parte referente às duplicatas, e todas as demais disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1968 (n.º 3.651-C, de 1966, na Casa de origem), que regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal, tendo

PARECER, sob n.º 503, de 1968, da Comissão

— de Constituição e Justiça, favorável nos termos do substitutivo que oferece.

Em discussão o projeto e o substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

Está prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão de Redação para redigir o vencido em turno suplementar.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — A nenhuma pessoa física, bem como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, será lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada ou pública-forma, inclusive comprovante de quitação com o serviço militar, título de eleitor, carteira profissional, certidão de registro de nascimento, certidão de casamento, comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro.

**Art. 2.º** — Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5 (cinco) dias, os dados que interessarem, devolvendo, em seguida, o documento ao seu exibidor.

**Parágrafo único** — Além do prazo previsto neste artigo, somente por ordem judicial poderá ser retido qualquer documento de identificação pessoal.

É o seguinte o projeto prejudicado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 43, DE 1968

(N.º 3.651-C/66, na Casa de origem)

**Regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — Não será lícito a nenhuma pessoa física ou jurídica, quer de direito público ou privado, reter de outrem os seguintes documentos de identificação, ainda que apresentados sob forma de públicas-formas ou fotocópias autenticadas: certidão de registro civil, título de eleitor, carteira de identificação, certificado de reservista, carteira profissional, certidão de casamento, certidão de naturalização e carteira modelo 19 (dezenove).

**Parágrafo único** — Quando exigida a qualquer cidadão, brasileiro nato ou naturalizado ou estrangeiro, a apresentação dos documentos relacionados neste artigo, quem os exigir fará copiar dos mesmos os elementos de identificação que julgar necessários, devolvendo, em seguida, os documentos apresentados.

**Art. 2.º** — Somente à ordem dos órgãos do Poder Judiciário os documentos referidos no artigo anterior poderão ser retidos.

**Art. 3.º** — O responsável direto pela pessoa jurídica de direito público ou privado, que reter de alguém os documentos relacionados no art. 1.º, ficará sujeito às penas de 1 (um) a 3 (três) meses de prisão ou multa de NCr\$ 0,50 a NCr\$ 3,00, na conformidade do art. 5.º da Lei n.º 3.688, de 2 de outubro de 1941.

**Art. 4.º** — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

**Art. 5.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin):**

#### Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 78, de 1968 (n.º 998-B, de 1968, na Casa de origem), que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob n.º 513, de 1968, da Comissão — de Educação e Cultura.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 78, DE 1968

(N.º 998-B/68, na Casa de origem)

**Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários, ou não, de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários, ou não, de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

§ 1.º — A preferência de que trata este artigo se estenderá aos portadores de certificado de conclusão do 2.º ciclo dos estabelecimentos de ensino agrícola, candidatos à matrícula nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidas pela União.

§ 2.º — Em qualquer caso, os candidatos atenderão às exigências da legislação vigente, inclusive às relativas aos exames de admissão ou habilitação.

**Art. 2.º** — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 3.º** — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch)** — Em votação o requerimento de urgência anteriormente lido pelo Sr. 1.º-Secretário, de autoria dos Srs. Senadores Filinto Müller e Aurélio Vianna, que pede urgência, nos termos do art. 326, para o Projeto de Lei n.º 89, de 1968, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre os vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal de 1.ª Instância.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)



Está aprovado.

Em consequência, passa-se, imediatamente, à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1968, que dispõe sobre os vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal de 1.ª Instância.

Dependendo de pareceres das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, solicito o parecer da Comissão de Projetos do Executivo, cujo Relator é o Sr. Senador Petrônio Portela, a quem dou a palavra.

**O SR. PETRÔNIO PORTELA** (Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei n.º 1.405-B/68, provindo da Presidência da República, que dispõe sobre os vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal de 1.ª Instância, com objetivo de atualizá-los, em face de vários aumentos posteriores à Lei número 5.010.

Sr. Presidente, há muito se fazia necessária a medida que ora nos é pleiteada pelo Chefe do Executivo, pois, a partir de 1966, ficaram fixos todos os padrões de vencimentos dos servidores da Justiça do Distrito Federal, marginalizando-se, inteiramente, quando de aumentos outros com que foram contemplados os demais servidores civis da União.

O que, no momento, o Poder Executivo pleiteia do Congresso Nacional é, simplesmente, assegurar aos servidores exatamente aquilo a que eles têm direito, e que, infelizmente, estava sendo objeto de omissão por parte do Executivo. Este problema, Sr. Presidente, se vem arrastando de há muito.

Mobilizaram-se os servidores da Justiça Federal, e muitos de nós fomos ao Executivo esclarecer a situação de verdadeira calamidade em que se encontravam os servidores da Justiça Federal, uma vez que desajustados estavam inteiramente, tendo em vista o quadro-geral dos servidores da União.

Apesar da boa vontade existente, havia, entretanto, o empecilho que foi objeto de estudos e de exames por parte dos técnicos de planejamento: era o que dizia respeito à verba e recursos. Finalmente, esse problema foi

solucionado e o Chefe do Executivo encontrou a boa fórmula de atribuir aos servidores da Justiça Federal exatamente aquilo a que eles têm direito. Vou adiante, Sr. Presidente — Iamentavelmente, o projeto não faz incluir os atrasados a que fariam jus esses servidores. Este é, todavia, um problema a ser estudado posteriormente, porque a nós não cabe, em verdade, apresentar qualquer emenda corretiva de salários que importe em aumento de despesa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eis o teor do ofício do Sr. Ministro do Planejamento ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República. Ele, por si mesmo, basta para justificar a medida e para esclarecer bem ao Plenário sobre a procedência do argumento que milita em favor da mensagem presidencial:

“Propôs o Ministério da Justiça, no Processo n.º 1.060/68 anexo, que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional projeto de lei visando ao reajustamento dos vencimentos dos funcionários dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal de 1.ª Instância, segundo os mesmos percentuais adotados de modo geral para os servidores do Poder Executivo, do Poder Legislativo e das Secretarias dos Tribunais Federais, por força das Leis n.ºs 4.863, de 29 de novembro de 1965, e 5.126, de 11 de outubro de 1966, e do Decreto-Lei n.º 81, de 2 de dezembro de 1966.”

2. Não obstante a orientação que tem observado este Ministério, por recomendação de V. Ex.ª, para contenção das despesas de custeio, parece justa a pretendida modificação, uma vez que os vencimentos daqueles servidores permaneceram congelados nos valores fixados na aludida Lei número 1.964, enquanto os ocupantes de cargos de idêntica classificação das Secretarias dos Tribunais Federais já lograram obter reajustamentos de 46%, 25% e 20%, com o advento da Lei número 5.136, de 1966, do Decreto-Lei n.º 81, de 1966, e das leis recentes que lhes estenderam o reajustamento previsto na Lei n.º 5.368, de 1967.

3. Sobre o aumento, este Ministério colheu a manifestação do Departamento Administrativo do

Pessoal Civil, que opinou favoravelmente à proposição originária do Ministério da Justiça, sugerindo o encaminhamento ao Congresso Nacional, acompanhado de mensagem, de projeto de lei, nos termos de que tenho a honra de submeter à elevada consideração de V. Ex.ª

4. Os benefícios que ora se propõe sejam concedidos ao pessoal das Secretarias da Justiça Federal de 1.ª Instância só se efetivarão a partir da data da vigência da lei que outorga, assim restringindo, no mínimo, a despesa deles decorrentes.”

Sr. Presidente, em várias oportunidades, tivemos de discutir este assunto, inclusive junto ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos, que reconhecia a liquidez do direito desses funcionários, esquecidos, em verdade, pelo Poder Executivo.

Agora, pela exposição de motivos do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, já há o reconhecimento expresso do direito desses servidores, inclusive aos atrasados, a partir de 1966.

Há, entretanto, o argumento de contenção de despesa, argumento que, em verdade, em termos do direito individual, não tem a menor procedência.

Sr. Presidente, entendemos que a medida é justa, que atende parcialmente aos interesses dos servidores da Secretaria da Justiça Federal, embora seja necessário, a posteriori, dar exatamente aquilo a que eles têm direito, a partir das várias e sucessivas modificações salariais, providas de diplomas legais.

Diante de todos esses motivos, e tendo em vista que, pelo menos em parte, o problema está sendo resolvido e as situações atendidas, somos pela aprovação do projeto, nesta Comissão de Projetos do Executivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Aarão Steinbruch) — O parecer da Comissão de Projetos do Executivo é favorável à proposição.

Solicito o parecer da Comissão de Finanças, a ser emitido pelo Sr. Senador Manoel Villaga.

**O SR. MANOEL VILLAÇA** (Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, depois do micioso e judicioso parecer do nobre Senador Petrônio Portela e, considerando que a mensagem do Executivo visa a corrigir uma situação de profunda injustiça e até de incompreensão dentro do serviço público, uma vez que dentro do mesmo Poder, o Poder Judiciário da União, há funcionários percebendo salários diferentes, e o que é mais agravante, em três escalas para as mesmas funções, só merece encômios a atuação do Governo quando encaminha ao Congresso Nacional esta proposição visando a restabelecer uma situação de plena justiça.

É para ver, Sr. Presidente, como a proposição é inteiramente justa. Na outra Casa do Congresso, teve ela parecer favorável em tôdas as Comissões técnicas; e mais, coisa que ocorre muito raramente no Congresso Nacional, ela foi aprovada por unanimidade na nobre Casa dos Srs. Deputados. Para não descer a comentários demorados, porque uma causa justa não exige recomendação exaustiva, a Comissão de Finanças, por meu intermédio, dá parecer favorável à mensagem do Executivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Aarão Steinbruch) — O parecer da Comissão de Finanças é favorável ao projeto.

Nos termos do art. 278, n.º 8, do Regimento Interno, após a discussão do projeto será processada a votação, por escrutínio secreto.

Em discussão, o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Estão presentes 34 Srs. Senadores.

Passa-se à votação que será feita por escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

**Votaram SIM 29 Srs. Senadores e NÃO 5.**

Houve uma abstenção.

O projeto foi aprovado e irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

### PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 89, DE 1968

(N.º 1.405-B/68 na Câmara)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre os vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal de Primeira Instância.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — Os valores mensais fixados no Anexo IV à Lei n.º 5.010, de

30 de maio de 1966, alterado pelo art. 1.º, item XIV, do Decreto-Lei n.º 253, de 28 de fevereiro de 1967, são reajustados de acordo com o Anexo Único a esta Lei.

**Art. 2.º** — A despesa decorrente da presente Lei correrá à conta do Fundo de Reserva Orçamentária, criado pelo art. 91 do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

**Art. 3.º** — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

### ANEXO ÚNICO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	Símbolo	Valor Mensal NCR\$
Chefe de Secretaria .....	PJ-0	898,00
Oficial Judiciário .....	PJ-4	729,00
Distribuidor .....	PJ-4	729,00
Contador .....	PJ-4	729,00
Distribuidor-Contador .....	PJ-4	729,00
Depositário-avaliador-leiloeiro .....	PJ-4	729,00
Auxiliar Judiciário .....	PJ-7	602,00
Oficial de Justiça .....	PJ-7	602,00
Porteiro .....	PJ-9	493,00
Auxiliar de Portaria .....	PJ-11	405,00
Servente .....	PJ-13	330,00

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 5.010 — DE 30 DE MAIO DE 1966

Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.

Brasília, em 30 de maio de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República — H. Castello Branco — Mem de Sá.

### ANEXO IV

DENOMINAÇÃO	Símbolo	Valor Mensal Cr\$
Chefe de Secretaria .....	PJ-0	410.000
Oficial Judiciário .....	PJ-4	333.000
Depositário-avaliador-leiloeiro .....	PJ-4	333.000
Auxiliar Judiciário .....	PJ-7	275.000
Oficial de Justiça .....	PJ-7	275.000
Porteiro .....	PJ-9	225.000
Auxiliar de Portaria .....	PJ-11	185.000
Servente .....	PJ-13	151.000

**DECRETO-LEI N.º 253**  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Modifica a Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966, e dá outras providências.

Art. 1.º — Na Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966, são introduzidas as seguintes alterações:

**XIV** — Ao anexo IV são acrescentados os seguintes cargos com os respectivos símbolos:

Distribuidor . . . . . PJ-4  
Contador . . . . . PJ-4  
Distribuidor-Contador . . . . . PJ-4

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República. — **H. Castello Branco** — **Carlos Medeiros Silva**.

**DECRETO-LEI N.º 200**  
DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências.

Art. 91 — O orçamento incluirá verba global, para constituição de um Fundo de Reserva Orçamentária, destinando-se os recursos a despesas correntes quando se evidenciar deficiências nas respectivas dotações e se fizer indispensável atender a encargo legal ou necessidade imperiosa do serviço.

Art. 215 — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 25 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República. — **H. Castello Branco** — **Carlos Medeiros Silva** — **Zilmar Araripe de Macêdo**.

**MENSAGEM**  
N.º 365, DE 1968  
(Do Poder Executivo)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do artigo 54, §§ 1.º e 2.º da Constituição, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o anexo projeto de lei que dispõe sobre os vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal de Primeira Instância.

Brasília, em 12 de junho de 1968  
— **A. Costa e Silva**.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 42,**  
**DE 1968, DO MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO**  
**GERAL**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Propôs o Ministério da Justiça, no Processo n.º 1.060/68 anexo, que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional projeto de lei visando ao reajustamento dos vencimentos dos funcionários dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal de Primeira Instância, segundo os mesmos percentuais adotados de modo geral para os servidores do Poder Executivo, do Poder Legislativo e das Secretarias dos Tribunais Federais por força das Leis n.ºs 4.863, de 29 de novembro de 1965, e 5.126, de 11 de outubro de 1966, e do Decreto-Lei n.º 81, de 2 de dezembro de 1966.

2. Não obstante a orientação que tem observado este Ministério, por recomendação de Vossa Excelência, para contenção das despesas de custeio, parece justa a pretendida modificação, uma vez que os vencimentos daqueles servidores permaneceram congelados, nos valores fixados na aludida Lei número 1.964, enquanto os ocupantes de cargos de idêntica classificação das Secretarias dos Tribunais Federais já lograram obter reajustamentos de 46%, 25% e 20%, com o advento da Lei n.º 5.136, de 1966, do Decreto-Lei n.º 81, de 1966 e das leis recentes que lhes estenderam o reajustamento previsto na Lei n.º 5.368, de 1967.

3. Sobre o aumento, este Ministério colheu a manifestação do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, que opinou favoravelmente à proposição originária do Ministério da Justiça, sugerindo o encaminhamento ao Congresso Nacional, acompanhado de mensagem, de projeto de lei, nos termos de que tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência.

4. Os benefícios que ora se propõe sejam concedidos ao pessoal das Secretarias da Justiça Federal de Primeira Instância só se efetivarão a partir da data da vigência da lei que os outorga, assim restringindo, ao mínimo, a despesa deles decorrentes.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — **Hélio Beltrão**, Ministro.

**O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch)** — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Convoco os Srs. Senadores para uma Sessão Extraordinária, a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA**

**TRABALHO DE COMISSÕES**

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 22 horas e 10 minutos.)

**ATA DAS COMISSÕES**

**COMISSÃO MISTA**  
**DO**  
**CONGRESSO NACIONAL**

Ata da 13.ª Reunião, realizada em 29 de maio de 1968.

As dezesseis horas do dia vinte e nove de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Fernando Corrêa e Adalberto Sena e os Senhores Deputados Manoel Teixeira, Britto Velho, Monsenhor Vieira e Pedrosa Horta, reúne-se, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista destinada a verificar as repercussões, sobre a saúde pública, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim as consequências que desse uso

decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Manoel Villaça, Raul Giuberti, José Ermirio e Dylton Costa e os Senhores Deputados Wilson Martins, Magalhães Melo e Lauro Cruz.

É lida e sem debates aprovada a Ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente comunica à Comissão que se encontra presente o Professor Benjamin Albagli, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado da Guanabara, e indaga de Sua Senhoria se trouxe informações por escrito ou se deseja responder às perguntas dos Senhores Parlamentares. O Professor Benjamin Albagli declara que trouxe um sumário no qual estão respondidos todos os quesitos e que depois se colocará à disposição da Comissão.

Após a leitura de seu relatório, o Professor Benjamin Albagli é democraticamente questionado pelos parlamentares presentes.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece a presença de Sua Senhoria, determina que as informações prestadas e requeridas sejam anexadas ao processo e que as notas taquigráficas desta reunião sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Junior, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### Comissão Parlamentar de Inquérito Mista.

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista incumbida de verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim as consequências que dêse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira.

Anexo da Ata da 13.<sup>a</sup> Reunião, realizada no dia 29 de maio de 1968, às 16 horas.

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Senador Milton Campos; Vice-Presidente: Senador José Ermirio;

Relator: Deputado Pedrosa Horta;

Relator-Substituto: Deputado Britto Velho; e Depoente: Professor Benjamin Albagli, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade da Guanabara.

Integra do apanhamento taquigráfico referido na Ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Há número legal. Estão abertos os trabalhos da Comissão.

Presente o Professor Benjamin Albagli, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado da Guanabara. S. S.<sup>a</sup> acudiu a nosso apelo e veio prestar esclarecimentos que, certamente, hão de ser muito preciosos para nossos trabalhos.

Indago do Professor Benjamin Albagli se deseja fazer uma exposição prévia para, em seguida, ser arguido pelos Membros da Comissão.

O Sr. Benjamin Albagli — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, poderia fazer uma introdução, um sumário e a conclusão.

Aqui estão praticamente respondidos — segundo me parece — todos os quesitos. Entretanto, estarei, com muita satisfação, à disposição dos nobres Senadores e Deputados para responder a qualquer pedido de informação pertinente ao problema da nutrição, assunto em pauta.

O Sr. Deputado Britto Velho — Sr. Presidente, permita-me uma ponderação.

Ser-nos-ia mais útil se S. S.<sup>a</sup> fizesse a leitura total de sua exposição, pois só assim poderíamos formular perguntas no sentido de complementar as informações dadas na referida exposição.

Solicitaria ao nobre depoente, se não fôsse demais, fizesse a leitura do trabalho.

O Sr. Benjamin Albagli — Com muito prazer!

Vou proceder à leitura, *ipsis litteris*. Excelentíssimo Senhor

Senador Milton Campos

DD. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista

Tenho em mãos o Of. SCM/CM/... N.º 751/68 em o qual V. Ex.<sup>a</sup> comunica-me a instalação de uma Comissão Parlamentar de Senadores e Deputados destinada a verificar a reper-

cussão sobre a saúde, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim as consequências que dêse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira". Convidado por V. Ex.<sup>a</sup>, na qualidade de médico e de professor de nutrição, o que muito me honrou, a prestar esclarecimentos à Douta Comissão, passo, sem delongas, a expor o assunto, de acordo com o questionário que me foi enviado.

II — I — Os ciclomatos, descobertos em 1937, são cerca de 50 (cinquenta) vezes mais doces que o açúcar. A utilização dos mesmos, no campo da clínica e da indústria, começou a se verificar a partir de 1950, e a razoável bibliografia existente sobre o assunto documenta — à luz dos conhecimentos atuais — a inexistência de ação cancerígena que lhes possa ser incriminada, razão porque estão inscritos nos códigos oficiais e nas farmacopéias da maioria dos países. Considerando-se que a inclusão de qualquer produto na farmacopéia e nos códigos é precedida de rigorosa investigação farmaco-clínica, sem nenhuma consideração pelos interesses comerciais, eventualmente envolvidos, lícita é a conclusão de que no estágio atual dos conhecimentos médicos não se pode imputar nenhuma ação cancerígena aos ciclomatos. Cumpre assinalar, ainda, que os ciclomatos, além de integrarem várias farmacopéias, inclusive a brasileira, sofreram rigorosa apreciação pelo Food Protection Committee do National Research Council, dos Estados Unidos da América (Council

on Foods and Nutrition — Statement of the Council, Artificial Sweetener's A.M. A.J. A.M.A., v. 160, pg. 875, 1956), que estudaram a inocuidade dos edulcorantes artificiais — sacarina e os ciclomatos de sódio e de potássio — para o uso em alimentos. Schoenberger e col (Schoenberger, R.D.M., Sakamoto, A.; Kark, R.M.; Nerad, J.; Nesby, C. e Davin, J.C. — Metabolism Effects, Toxicity an Excretion of Calcium N — Cyclohexylsulfamate — Sucaryl — in man in Am. J. Med. Sci. 5.225, páginas 551-559, 1953) da Universidade de Illinois e do Departamento de Farmacologia do Laboratório Abbott não observaram efeitos tóxicos mesmo com a administração intravenosa, durante 8 meses, assim como por via oral, na dose elevada de 5g de calcium sucaryl, diariamente, não houve alteração do balanço metabólico do nitrogênio, do sódio e do potássio. O cálcio foi recuperado nas fezes na proporção de 87 a 98%. No trabalho experimental de Nees & Derse (Nees, P.O. et Derse, P.H. — Feeding and Reproduction of Rats Fed Calcium Cyclamate in Nature v. 208, págs. 81-82, 1965) baseado na administração de ciclomato de sódio a 5%, em ratos, durante 2 (dois) anos, verificou-se o aparecimento de diarreia moderada, com perda de peso. Os exames post mortem não evidenciaram nenhuma alteração histopatológica. Os animais de experimentação (ratos), ingerindo 10%

de ciclomato, consumiam, na alimentação, igual valor percentual acima dos controles. Apesar desta compensação calórica, os animais cresceram 20 a 30% menos que os controles, ainda que não se houvesse observado efeitos tóxicos; a perda de peso foi atribuída a um distúrbio da absorção. O mesmo, em menor grau, ocorreu nos animais alimentados com 5% de ciclomato. Os dois grupos — 5 e 10% — não apresentaram distúrbio aparente da saúde. Em 21 dias, os ratos de controle, bem como os que ingeriram ciclomatos, na proporção de 5% e de 10%, pesaram, respectivamente, 52, 45 e 32g. Os ratos puderam se reproduzir, mas as ninhadas não sobreviveram mais de 5 dias. Não foi possível apurar a razão da mortalidade maciça do período peri-natal, bem como as causas do hipocrescimento. Em rações com 1% de ciclomato nada foi observado nas experimentações efetuadas.

Afora estes trabalhos que revelam alguns distúrbios graves, imputáveis aos ciclomatos em doses elevadas, o que se depreende da literatura compulsada, grande parte já citada no trabalho coordenado pelo Prof. Manuel José Ferreira (Os Adoçantes Artificiais e a Saúde Pública, 1967), assim como de minha experiência clínica, é que, nas doses habituais, os ciclomatos não parecem apresentar nenhum dos efeitos tóxicos apontados nas ex-

periências citadas, com o uso de doses elevadas.

No que concerne à gestante, a conduta acertada do médico é de restringir, ao máximo, a terapêutica, a fim de evitar efeitos eventualmente tóxicos dos medicamentos, sobretudo nos três primeiros meses. É preciso acentuar, diz Chassagne, que "la fréquence de tels accidents est faible. Certains d'entre eux ne sont encore établis que sur des faits expérimentaux. Ils ne doivent pas inciter le médecin à une prudence excessive qui risquable par fois de priver la future mère, et par voie de conséquence, son enfant, d'une thérapeutique efficace". Em resumo, no estado atual de nossos conhecimentos, o acertado é limitar a terapêutica à gestante, ao mínimo indispensável, mas, até o momento, aos ciclomatos — ainda que não sejam considerados medicamentos — nada foi imputado.

No número 112, do Current Food Additives Legislation, da Food and Agriculture Organization, no item 1.672, encontra-se a modificação do artigo A.05 da legislação australiana, com o fito de autorizar o emprego do ácido ciclo-hexilsulfâmico (ciclâmico), como edulcorante artificial, assim como os ciclomatos de sódio e de cálcio já autorizados.

II — 2 — A escassa bibliografia existente não impede, entretanto, face à larga faixa de indicação dos edulcorantes

e o período de observação de 18 (ciclomatos) a 56 anos (sacarina), de afirmar que nas doses habituais há, praticamente, mais de 90% de excreção dos ciclomatos que parecem, de outro lado, ser desprovidos de ação farmacológica.

**II — 3 —** Não encontrei nenhuma publicação ou referência à ação letal — ou mortígena — dos ciclomatos.

**II — 4 —** Nenhuma, salvo a necessidade, criada pelo hábito, de ingerir substâncias adoçadas, quando há necessidade de restringir a cota calórica ou no diabetes. Na realidade, até o século XVIII, o açúcar era vendido em farmácias e boticas. Era produto raro e caro. Após a vitória da Inglaterra, no século citado, quando Luiz XV não se incomodou de perder — alguns alqueires de terra congelada — para o inimigo vitorioso, houve um momento, não fôra o conselho de Benjamin Franklin, em que a Inglaterra parecia optar por Guadeloupe, em vez do Canadá, por causa das plantações de cana. Uma das grandes conquistas da química francesa, do século passado, foi a elaboração do açúcar de beterraba, para suprir a falta de açúcar de cana, em consequência do bloqueio inglês à França Napoleônica. Em suma, os edulcorantes não têm nenhuma indicação terapêutica, eles visam, apenas, a assegurar o sabor doce aos indivíduos que, por motivos, médicos

ou estéticos, querem reduzir ou abolir a ingestão de açúcar, sem se privarem de seu sabor.

**II — 5 —** Nenhuma, mesmo porque os sacarídios não constituem a única — nem melhor — fonte de carboidratos do organismo. Acresce, ainda, que o drama que aflige os povos subdesenvolvidos — ou como delicadamente nos rotulam atualmente — em desenvolvimento, é a insuficiência protéica, especialmente de alimentos de origem animal.

**II — 6 —** É óbvio que não.

**II — 7 —** Não haverá nenhum prejuízo, desde que atendidas as necessidades plásticas, energéticas, vitamínicas e minerais do indivíduo, seja ele normal ou enfermo.

**II — 8 —** Considerando a gravidade e a multiplicidade dos problemas que afligem a Nação, devo dizer, preliminarmente, que não vejo nenhuma conveniência em restringir o uso dos edulcorantes artificiais, mediante prévia prescrição médica. Considero, entretanto, útil a exigência de constar em todos os alimentos — ou medicamentos — a indicação, no rótulo, de sua composição (fórmula).

#### Sumário e Conclusões

A revisão bibliográfica dos conhecimentos relativos aos ciclomatos e a sacarina não revela efeitos tóxicos, quer de um, quer de outro, no que concerne à utilização, como adoçante, nas quantidades habituais. Tão pouco há referências, na literatura médica compulsada, a distúrbios teratogênicos ou a desordens do crescimento na

espécie humana. Encarado o problema, sob o ponto de vista da agro-indústria canavieira, verifica-se que é estatisticamente insignificante sua incidência percentual sobre o consumo total do açúcar. Examinado o assunto sobre outro ângulo, conta-se que, desde a Segunda Guerra Mundial, observou-se, especialmente na Inglaterra, considerável redução da cárie dentária das crianças, em consequência da diminuição das importações de açúcar, em virtude do bloqueio e, mais recentemente, Yudkin, em sucessivos trabalhos, a meu ver sem maior valor científico, atribui a maior incidência do enfarte, verificada no mundo atual, ao incremento do açúcar (a — Yudkin, J — Diet and Coronary Thrombosis — Hypothesis and Facts; Lancet 5.273, pg. 155, 1957; b — Patters and Trends in Carbohydrate Consumption dan Their Relation to disease; Proc. Nutr. Soc. v. 23, pag. 149, 1964; — c — Advances in Nutrition and Dietetics; Practitioner, v. 197, pg. 511, 1966; d — The Cause and Treatment of Obesity, Triangle, v. 7, pg. 326, 1966; e — Yudkin, J. et Roody, J. — Assessment of Sugar Intake; Validity of the Questionary Method; Brit. J. Nutr. v. 20, pg. 807, 1966; f — Evolutionary and Historical Changes in Dietary Carbohydrates; J. Chin. Nutr., v. 20, pg. 108, 1966; g — Why Blame Sugar — Chem & Ind. sept. pg. 1.464, 1966; h — Yudkin, J. et Kraus, R. Dietary Starch, Dietary Sucrose and Hepatic Pyruvate Kinase in Rat-Natura, v. 215, pg. 75, 1966).

Entretanto, o mesmo Yudkin, citado por Bour (Bour, H. — Diétique de L'Atherosclerose — La Revue du Practicien t. XVIII, n.º spc. pg. 137, 1966) como "le champion du rôle athérogène du sucre du commerce" sobre o aumento da vasculopatia coronária, torna-se mais cauteloso, em o seu último trabalho, no qual, ao fazer a revisão do problema, menciona a importância da ciência e da tecnologia no condicionamento de novos hábitos alimentares e

conclui dizendo ser "too early to say... that dietary sugar may produce ischaemic heart disease" (Yudkin, J. — Sugar and Ischaemic Heart disease, Practitioner, v. 198, pg. 680, 1967).

Dessarte, considerando os problemas alimentares em toda a sua amplitude, cabe-me frisar que no Brasil, como de resto no chamado terceiro mundo, os carboidratos primam pelo excesso (1 — Campanha Mundial contra el Hambre, 1960, FAO; 2 — The State of Food and Agriculture, 1962, FAO; 3 — The State of Food and Agriculture, FAO, 1964; 4 — Tercera Encuesta Alimentaria Mundial, FAO, 1964; 5 — Protein as The Heart of the World Food Problem, FAO, 1964; 6 — La Situation Mondiale de L'Alimentation et de L'Agriculture — 1965, FAO; 7 — Agricultura y Industrializacion, 1967, FAO; 8 — Protein Advisory Group, Bulletin october, 1967, WHO; 9 — Joint FAO/WHO Expert Committee on Nutrition, 7th Rep., 1967; 10 — International Action to Avert the Impending Protein Crises U.N. 1968; 11 — Le Problème Alimentaire des Pays en voie de Développement, dec. 1967, OCDE), enquanto faltam, em quantidade suficiente, proteínas, especialmente proteínas de origem animal. Assim, peço vênica para louvar os nobres propósitos que animam os ilustres Membros desta Comissão, tão interessada na saúde e na alimentação popular, acreditando, entretanto, que me cabe o dever de dizer que, na segunda semana de julho, no Recife, se realizará o "II Simpósio Brasileiro sobre Alimentos e Nutrição", destinado ao levantamento de dados sobre a produção e consumo de alimentos, a fim de oferecer ao Governo — compreendendo com tal os Poderes Executivo e Legislativo — informações adequadas à reformulação da política de alimentos e de agricultura objetivando erradicar, ou atenuar, a fome, qualitativa e quantitativa, que tanto aflige a Nação. No momento, ainda cerca de 60% dos brasi-

leiros lavram o solo, quase com as mesmas técnicas e com os mesmos instrumentos dos primórdios de nossa era, enquanto a ciência e a tecnologia agrícola (Technology and Nutrition — The Rockefeller Foundation, Annual Report pg. 3, 1966) permitem multiplicar o rendimento da terra e o homem caminha para conquistar a fome (Toward the Conquest of Hunger, ibidem, pg. 14), conforme se verifica nos exemplos dos Estados Unidos da América, Japão, Israel Formosa etc.

Em pleno "Ano dos Direitos Humanos", ainda não se alcançou no Brasil o primeiro dos direitos, "El Primier Derecho — No Tener Hambre" (FAO, 1963), razão porque entendo que o povo e o Governo devem enfrentar, alicerçados na pesquisa científica e tecnológica, o árduo trabalho de colocar o Brasil no mesmo plano das grandes nações de nosso tempo. Triste é verificar que a palavra "excedentes sólo puede aplicarse en la actualidad a las existencias de unos poquíssimos productos básicos, tal vez sólo al café, al algodón y al azúcar cuyas existencias han aumentado recientemente hasta alcanzar cifras insólitas, en contraste con el descenso delas existencias de cereales" (El Estado Mundial de La Agricultura y de la Alimentacion, 1967, FAO). Assim, o problema da agro-indústria canaveira demanda, de início, revisão do estatuto da terra (Ernest Feder — Land Reform: A Twentieth Century World Issue; América Latina, Ano X, n.º 1, pg. 96, janeiro/março 1967), reformulação dos processos agrícolas (Estudio sobre Fertilizantes, 1961, OEA) e tecnológicos (XIII Congresso Nacional de Educação, Rio de Janeiro, nv. 1967), vale dizer, ampliação dos quadros de ensino, em todos os graus e ramos, inclusive o universitário, onde apenas 200.000 estudantes, predominantemente de Faculdades que desatendem aos supremos interesses da Nação, constituem menos de 10% dos alunos que deveriam integrar os quadros de edu-

cação superior do Brasil, os quais, para agravar, ainda mais, suas tintas realísticas, apresentam baixos padrões de ensino. Some-se a tudo quanto foi dito a tremenda mortalidade, durante a fase formativa — dos 20 aos 25 anos —, e teremos uma fotografia, de corpo inteiro, da Nação. Se o quadro choca e deprime, o remédio está, felizmente, em nossas mãos, para, através do estudo e do trabalho produtivo, acelerar as etapas de nosso desenvolvimento a fim de diminuir a distância que nos separa dos países dito desenvolvidos.

Em suma, Senhores Congressistas, para ser breve, repito hoje o que ensinei ontem e o que direi amanhã, o preço da saúde, da alimentação, da educação e do desenvolvimento é menor que o custo da doença, da fome, da ignorância e da miséria.

Relatório do Prof. Benjamin Albagli:

Perito de Nutrição da Organização Mundial de Saúde

Professor de Higiene e de Nutrição  
Membro da Academia Nacional de Medicina

Membro da Academia Brasileira de Medicina Militar

Membro da Ordem do Mérito Médico Nacional

Membro da Associação Americana de Saúde Pública

Membro da Sociedade Brasileira de Higiene

Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro

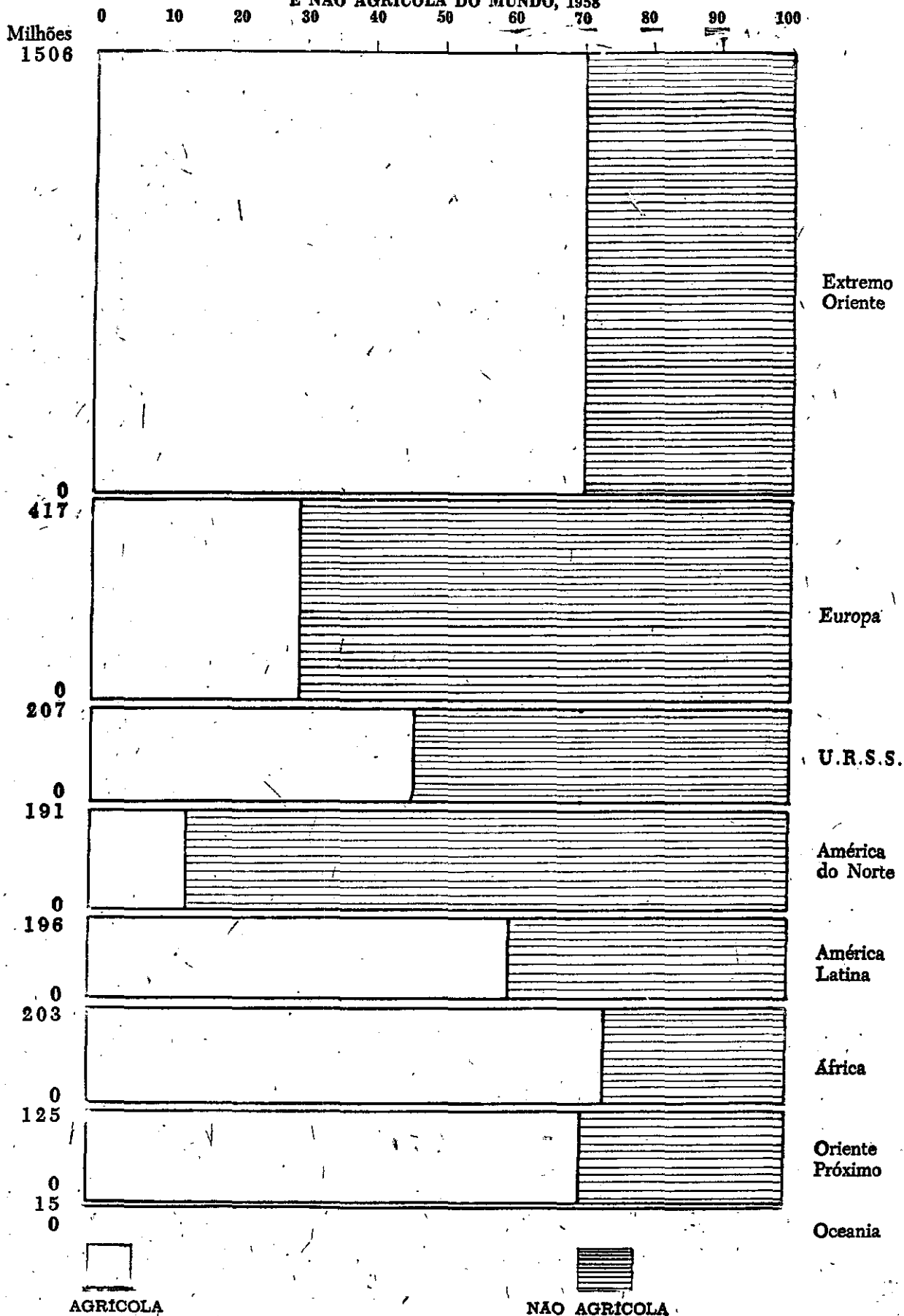
Diretor do Instituto de Nutrição do Estado da Guanabara

Diretor da Academia Nacional de Medicina

Presidente da Associação Brasileira de Educação

Presidente da Comissão Organizadora da Sociedade Brasileira de Nutrição

**DISTRIBUIÇÃO POR REGIÕES DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA  
E NÃO AGRÍCOLA DO MUNDO, 1958**





Este é o relatório que trouxe, nobres Senadores e Deputados, e com todo prazer estou pronto a esclarecer qualquer dúvida que surgir.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos)** — Com a palavra o relator.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — Professor, qual a origem dos adoçantes sintéticos, eles são extraídos de quê?

**O Sr. Benjamin Albagli** — De substâncias químicas.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — Quais essas substâncias químicas?

**O Sr. Benjamin Albagli** — Infelizmente, não posso responder a V. Ex.<sup>a</sup> porque também não sei.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — Sabe qual a contribuição da indústria nacional para produção de adoçantes sintéticos?

**O Sr. Benjamin Albagli** — Creio que todos são importados.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — O Sr. pode dizer de onde vêm?

**O Sr. Benjamin Albagli** — Dos Estados Unidos da América, e se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, quase todos os produtos químicos são importados. A nossa indústria farmacêutica desnacionalizou-se nos últimos 15 anos. No tempo dos extratos, das tinturas, da botica — e eu sou desse tempo — se fazia a fórmula na farmácia. Naquele tempo se receitava produto de 20 centigramas, pesavam-se a gramas, espalhava-se com a farinha mais ou menos, tudo na base do 33.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — No seu bem elaborado relatório, Professor, o Sr. diz, à página 1, que: "à luz dos conhecimentos atuais, a inexistência de ação cancerígena, que possa ser incriminada aos ciclomatos, fez com que eles fossem incorporados às diferentes farmacopéias". A que o Sr. alude?

**O Sr. conhece o Dulcin?**

**O Sr. Benjamin Albagli** — Não uso, mas conheço.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — Sabe que foi largamente usado, principalmente no Japão, durante décadas? Sabe o Sr. que,

após esta utilização tão extensa e tão intensa, constatou-se a ação cancerígena do Dulcin e que, por lei do governo japonês, foi proibido o seu emprego no Japão?

**O Sr. Benjamin Albagli** — Tenho uma referência aqui, mas essa referência não é clara. Aliás, no campo dos medicamentos, ou das substâncias de ação cancerígena, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a Medicina ainda deixa muito a desejar, sobretudo no campo dos aditivos, no campo das substâncias químicas incorporadas ao alimento. Há farmacopéias que admitem certos aditivos, outras que negam. Mesmo porque não conhecemos a ação, e é difícil fazer afirmativa nesse sentido não conhecendo a ação dessas substâncias, a longo prazo.

V. Ex.<sup>a</sup> está fumando; essa é uma substância cancerígena. Eu não fumo. Eu, por mim, proibia o fumo no Brasil.

Mas o problema grave da medicina contemporânea e que realmente tem muita importância é o seguinte: é que os medicamentos são lançados no mercado e podemos lançar, por exemplo, a sacarina como um medicamento sem ter uma ação farmacológica. É um produto farmacológico extraído de substâncias químicas e vendido por laboratórios, logo, é um medicamento na sua realização, ainda que a expressão não seja medicamente correta.

Atualmente, entre os laboratórios, existe uma competição acelerada e permanente, de modo que os laboratórios não nos pedem para verificar as ações secundárias, que muitas vezes são graves. Então, os laboratórios não esperam essa verificação e quando vêm mesmo a conhecê-las — isto para desgraça nossa — o positivo vem em letras grandes, enquanto que o negativo vem, quase sempre, e desgraçadamente, em letras pequenas, e os médicos, que também, como todo mundo, vivem muito apressados, não prestam muita atenção a isso. De modo que nem aquilo para o que se chama a atenção é lido e deixam mesmo, muitas vezes, de ler.

Não posso, entretanto, respondendo à pergunta de V. Ex.<sup>a</sup>, afirmar que a incidência de câncer tem aumentado no mundo, porque é uma série de fatores que podem condicionar o apare-

cimento do câncer. Um deles, entretanto, é positivo — hoje, há muito mais medicamentos.

Há muitos anos, eu seria um ancião, mas, hoje, não sou, pelo menos não me considero, um ancião. Na Índia, quando atropelam um homem de 50 anos, eles dizem, foi atropelado um ancião.

Montaigne era um ancião. O mundo, atualmente, vem progredindo muito no campo da saúde.

Veja a minha cautela, eu não afirmo que o medicamento cure e não afirmo que o medicamento faça mal, sem experiências.

O ilustre Deputado Britto Velho, que é médico, sabe perfeitamente como é difícil, em medicina, fazer afirmativas.

Evidentemente que a longo prazo qualquer substância química pode ser que faça mal.

Em conclusão, não temos, clinicamente, elementos para julgar. Ninguém toma adoçantes em doses maiores de cinco a dez por cento.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — Quanto à primeira parte, a explicação dada por V. Ex.<sup>a</sup> me satisfaz plenamente. O Sr. falou, à página dois, nas doses habituais da clínica. E fez uns acréscimos, verbalmente.

Eu queria saber o que o Sr. chama de doses habituais.

**O Sr. Benjamin Albagli** — É uma pergunta que revela uma redação inadequada.

Eu poderia ter feito outra redação, porque não há dose habitual no ciclomato. Uma pessoa que toma 10 ou 15 cafés, se tomá-lo com ciclomato, tomará 3, 4, 5 ou 6 comprimidos por dia.

Porém, um grande bebedor de café poderia ir até 20 a 30 comprimidos ao dia. Como não tem efeito calórico, o médico que faz o regime não restringe o café e, não tendo ele açúcar, portanto, poderá o indivíduo tomar quantos cafés quiser. Está assim se compensando, vamos dizer, da falta de mastigação, pois bebendo o café está distraindo um pouco a fome.

Não há dose habitual nas doses frequentemente tomadas, mas não chega a ser errada, sem ser precisa.

**O Sr. Britto Velho — (sem microfone).**

**O Sr. Benjamin Albagli —** Estou compreendendo; estou tentando responder à pergunta.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) —** No período imediatamente seguinte, no que concerne à conduta a ser seguida pelo médico, é de restringir ao máximo a terapêutica, a fim de fazer o estudo dos movimentos, sobretudo nos três primeiros meses.

Isso significa que o Sr. entende que só se deve impor esse ciclomato sob prescrição médica?

**O Sr. Benjamin Albagli —** Estou falando de modo geral.

Considerarei o ciclomato como edulcorante sem ação terapêutica.

**O Sr. Deputado Britto Velho — (Inaudível)**

**O Sr. Benjamin Albagli —** Sou velho médico, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite e comecei a minha vida, minha formação, calcada nos conhecimentos de um professor meu, Dr. Austregésilo, que o Sr. Deputado Britto Velho deve conhecer.

**O Sr. Deputado Britto Velho — (Inaudível)**

**O Sr. Benjamin Albagli —** Do ponto de vista terapêutico, nossa conduta não é correta.

Era muito expressivo, àquele tempo, pensar-se empiricamente. Eu, que trabalhei em serviço de pediatria, àquele tempo vi muita má formação congênita e empregamos tratamento específico.

Fui aos Estados Unidos e comecei a firmar minha atenção para verificar como é adotado o edulcorante no campo da formação congênita. Depois vieram as viroses, isso há uns vinte anos, condicionando no meio embriológico. Realmente, conhecemos pouco de embriogênica, principalmente nos dois primeiros meses, e, de modo geral, os médicos não são avisados. No Brasil, abusamos de medicamentos. E

este é um problema, um drama da população pobre — o abuso de medicamentos. Não compram comida, mas compram fortificantes, abusam dos antibióticos, medicamento que, por vezes, produz reações secundárias graves, como também abusam da cortizona. O abuso da terapêutica no Brasil é a regra. De modo que eu aconselho que se prescreva o mínimo ao doente, e só quando houver necessidade absoluta de medicamento. Mas, também, que não se peque por omissão quando a medicação se fizer necessária, ou seja, nem o abuso intempestivo nem a omissão.

**O Sr. Deputado Britto Velho —** Em Genebra, houve um curso sobre as urgências de medicina. E o Prof. Martin foi encarregado de uma das aulas — o Projeto Martin, acerca do que ele chama policlínica, porque a cátedra é de clínica médica e de policlínica médica — e realizou uma conferência — “Da urgência de nada fazer”. No desenvolvimento dessa idéia, mostrou ele como, muitas vezes, o conveniente é a não-intervenção, sobretudo enquanto não está esclarecido o diagnóstico. E apontava para isto a que se referiu V. S.<sup>a</sup>: muitos diagnósticos são quase que impossibilitados em virtude do emprêgo precoce, intempestivo de antibióticos, por exemplo, que distorcem de tal forma o quadro que, depois, não mais pode ser feito o diagnóstico, a menos que a argúcia do médico seja grande ou ele se socorra de uma série de exames subsidiários. E a urgência de nada fazer era o tema mais indicado e foi entregue ao Professor.

Mas, continue V. S.<sup>a</sup>

**O Sr. Benjamin Albagli —** V. Ex.<sup>a</sup> me permite, com licença do nobre Deputado, a esse propósito: estou inteiramente de acordo. No Brasil, não se entende o médico que espera para receitar; na América, sim. No Brasil, um cliente que vai ao consultório, ou mesmo ao hospital, quer sair com uma receita na mão, seja do que for. De forma que, muitas vezes, o médico, sem um diagnóstico formulado, faz algo na medida das possibilidades da clínica, porque o mal é hoje do mundo inteiro. Quando houve o óbito, é conveniente se faça a autópsia, para verificar como são frequentes os erros da clínica.

Mas, de qualquer maneira, agimos intempestivamente. Mascaramos o quadro clínico, prejudicando, muitas vezes, o doente.

A propósito, recorde-me de um caso, quando fui diretor de uma companhia de seguros. Houve uma morte. Fez-se o exame, para aceitar, o risco. Três, quatro anos depois, procuramos saber a causa do sinistro. Então, muda de cor a pasta e o seguro vira sinistro. Escrevi uma carta ao médico. Este já não estava mais no lugar. Respondeu-me o “farmacêutico” — coloco entre aspas porque era apenas o dono da farmácia — numa carta honestíssima, que guardo até hoje: “Doutor, desculpe-me. Quem atendeu o doente fui eu. Estava o paciente passando mal. Sentia muita coisa. Dei-lhe muitos remédios. Confesso, nesta altura, que não sei se morreu da doença ou dos remédios, mas tive de fazer alguma coisa por causa da família”.

Muitas vezes o médico age desta maneira intempestiva, impensada, precipitada.

Igualmente os laboratórios, para não perderem o lançamento antes dos outros. Ocorre, inclusive, nos Estados Unidos e na Alemanha. Nesta nação, houve o caso recente da talidomida. Não fizeram experimentação a longo prazo, experimentação demorada, experimentação tranqüila, como antigamente. Lançam o produto logo, porque têm de vender primeiro. Quem vende primeiro é o primeiro a ganhar. É a corrida comercial.

O mundo, hoje, é uma competição em que, muitas vezes, se descarta de ver o outro lado do produto. Acho mais acertado, mais calmo, mais sereno a apreciação adequada das substâncias. Houve, aqui, um período na história médica do Brasil em que produtos não eram vendidos no estrangeiro e eram vendidos no Brasil, sobretudo produtos franceses.

Havia laboratórios estrangeiros que eram praticamente aceitos aqui, sem terem sido aprovados lá.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) —** Na página 3, V. Ex.<sup>a</sup> novamente fala em “doses habituais”. A expressão deve ser entendida tal como V. Ex.<sup>a</sup> disse inicialmente?

O Sr. Benjamin Albagli — Exato. As doses médias seriam entre 20 ou 30 comprimidos que teriam, não sei, o peso de mais uma grama e meia, que não corresponde nunca a 5 a 10% da ração alimentar que, experimentalmente, foi prejudicial aos animais de observação.

V. Ex.<sup>a</sup>, que é minucioso, como bom jurista buscará um lapso na palavra.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Não houve lapso, Ex.<sup>a</sup>. Na página 4, o Sr. escreve: "Encarado o problema, sob o ponto de vista da agroindústria canavieira, verifica-se que é estatisticamente insignificante sua incidência percentual sobre o consumo total do açúcar."

O Sr. Benjamin Albagli — Eu me louno neste trabalho, aqui, e creio V. Ex.<sup>a</sup> já o tem, é coordenado pelo Prof. Manoel José Ferreira, que foi, largos anos, Diretor do Departamento Nacional de Saúde, Professor Catedrático de Higiene da Universidade Fluminense, do Estado do Rio, antiga Faculdade Fluminense, do Estado do Rio, e dá 0,3%.

V. Ex.<sup>a</sup> tem esse trabalho?

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Parece que não corresponde, não. Por enquanto, nós já temos importado algumas centenas de milhares de dólares de edulcorantes artificiais e que esta porcentagem sobe de ano para ano.

O que nós sabemos, aqui, é que os adoçantes artificiais são gradativamente importados em progressão quase que geométrica.

Está aqui, à página 6: 0,36. Louveime neste autor, porque é homem sério. "No Brasil, essa taxa não alcança 0,36%."

E aqui os adoçantes têm outros usos. Além de açúcar, são incluídos em pasta de dente e outros artigos. Não posso dar a proporção, que mesmo não sei. Posso adiantar o seguinte: O relator da Guanabara e Estados adjacentes do Congresso de Nutrição no Recife, ficou de me fornecer os dados e posso lhe assegurar que, até hoje, não consegui obter esses dados.

As estatísticas brasileiras são muito falhas. É muito difícil ter dados.

Para dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, os dados colhidos na Secretaria de Economia da Guanabara, a meu ver, carecem de valor, porque me dão um consumo mensal de carne igual ao de arroz e feijão juntos, o que, positivamente, não pode ser verdade. A carne custa muito mais caro e seu consumo é bem inferior ao de arroz e feijão juntos. E além da carne, temos leite, ovos, peixes — então teríamos uma situação protéica magnífica, o que não acontece.

Isso, num Estado que é uma cidade encravada numa zona geo-econômica, uma cidade que foi Capital da República, que foi o centro da Nação. Até hoje não foi possível obter. Estou com duas ou três moças colhendo dados na SUNAB, na COBAL, mas, até agora, não me foram fornecidos esses dados e quando me derem eu confesso que vou examiná-los com cautela, usarei os cálculos dentro dos dados que obtiver, mas evidentemente que esses dados serão aproximados. Mesmo porque, o peixe, por exemplo, que é vendido na Guanabara, o entreposto de peixe da Guanabara vende para Petrópolis, para Juiz de Fora, para Belo Horizonte, enfim àquelas áreas todas, de modo que o consumo daquele peixe não é da Guanabara.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Os dados que estou fornecendo a V. Ex.<sup>a</sup> nos foram fornecidos por um depoente, nesta Comissão.

O Sr. Benjamin Albagli — V. Ex.<sup>a</sup> sabe quais são esses dados, e quem os forneceu?

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Não posso dizer de memória porque o depoimento foi prestado há vários dias e foram muitos os depoentes, mas lembro-me de que o depoente tinha ido verificar no Banco do Brasil, pelas importações.

O Sr. Deputado Britto Velho — (Inaudível)

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Em dólares, posso dizer que a importação já ultrapassava a casa dos quatrocentos mil dólares.

O Sr. Deputado Britto Velho — (Inaudível)

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor, temos no Brasil algum censo sobre as pessoas diabéticas? O Sr. sabe disso?

O Sr. Benjamin Albagli — Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Creio que deve ser da ordem de um milhão de pessoas talvez.

O Sr. Benjamin Albagli — A obesidade é um dos dramas dos países desenvolvidos, é a outra face.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Esta é a vingança que o pobre tira do rico. Há uma série de moléstias que o rico sofre e o pobre não.

O Sr. Benjamin Albagli — Eu, por mim, preferia ser como Dom João VI, morrer com dois frangos na mão do que morrer de fome.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — O senhor podia informar-nos se o açúcar tem alguma função no trabalho muscular?

O Sr. Benjamin Albagli — Tem. Mas o açúcar, sob o ponto de vista metabólico, é considerado um elemento derivado dos hidratos de carbono e, como está no relatório, que é apenas um recurso do problema, o que pesa na alimentação dos países eufemisticamente chamados em desenvolvimento é o excesso de carbono. Comemos muito hidratos de carbono e o ideal é comermos mais proteína.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Infelizmente, as proteínas não estão ao alcance do povo. Quando um médico fala em açúcar queimado, uma série de ciclos especiais ao nível do músculo ou das células nervosas, ele realmente refere-se ao monossacarino.

O Sr. Benjamin Albagli — Tenho a impressão, de que, neste momento, nosso companheiro paulista e colega está até doutor na matéria e, na próxima reunião, ele poderá dar aulas sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Tem função energética?

O Sr. Benjamin Albagli — Tem.  
O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — É possível substituir

totalmente o hidrato de carbono na dieta, por gorduras ou proteínas, para função energética?

**O Sr. Benjamin Albagli** — Não, aí não. Entro na conclusão a que o nobre Deputado, meu ilustre colega, chegou.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — V. Ex.<sup>a</sup> vai me relevar a precisão da linguagem, porque sou bacharel.

**O Sr. Benjamin Albagli** — Os hidratos de carbono constituem um grupo de polissacarina, das mais diversas procedências. Nós ingerimos hidratos de carbono com arroz, com os farináceos de modo geral, com as massas, os legumes, também têm uma boa quota, assim como as frutas têm vários tipos de açúcar.

De modo que nossa fonte alimentícia de hidrato de carbono está em todos esses produtos e, *ultima ratio*, no organismo são metabolizados até a mono sacarina; que é a glicose. Sob esta forma é que o organismo utiliza até as reservas de polinograma, que são muito reduzidas. Nós não temos, realmente, reserva muito grande. Utilizamos completamente. Mas, a fonte de hidrato de carbono é muito ampla.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — Pois não. V. Ex.<sup>a</sup> vai nos relevar, mas estamos aqui nos ocupando do açúcar.

**O Sr. Benjamin Albagli** — Do tipo de sacarose. A pergunta de V. Ex.<sup>a</sup>, se me permite, foi a respeito de hidratos de carbono.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — Eu perguntei se é possível substituir totalmente o hidrato de carbono da dieta por gorduras ou proteínas, para função energética.

**O Sr. Benjamin Albagli** — Os hidratos de carbono não são açúcar. Nós, na dieta, devemos ter cerca de 1/2 a 1 grama de gordura e cerca de 6 a 8 gramas por quilo de peso de hidrato de carbono. Isso dá uma cota de 3.000 calorias, aproximadamente, o que é suficiente, mas, de hidratos de carbono. Qualquer que seja a procedência da glicose, ela deriva, em última instância, do hidrato de carbono. Um velho e ilustre médico francês, também conhecido do Professor Britto Velho, estabeleceu o

princípio dos hidroglicosos, ou seja, que, em última instância, todo alimento se transforma em glicose. Se o organismo não receber hidrato de carbono, vai utilizar proteína como glicose, mas é uma fonte cara e deficiente. De forma que é inadequada do ponto de vista biológico, do ponto de vista econômico e do social, evidentemente.

**O Sr. Deputado Britto Velho (Relator)** — E na fisiologia da célula nervosa e na atividade nervosa, de modo geral, o açúcar tem papel?

**O Sr. Benjamin Albagli** — O açúcar é usado para delimitar a quantidade de hidratos de carbono.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — Nas funções hepáticas, também tem?

**O Sr. Benjamin Albagli** — Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, o açúcar representa um papel importante para as funções orgânicas, de modo geral. Muitas vezes é mal conhecido o fígado, pois este é um laboratório metabólico complexo, destinado a criar função congênita para elaboração da glicose.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — (Inaudível)

**O Sr. Benjamin Albagli** — Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, é um adendo que faço.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — Agradeço. A resposta é absolutamente certa, evidentemente, mas o problema dos esquimós merece a nossa meditação não propriamente particular, mas, numa reunião de médicos, o problema mereceria consideração. Realmente, recebem regimes alimentares com alto teor de gordura que, dentro do seu organismo, têm um consumo pequeno de hidratos de carbono, que nós não suportaríamos. É um enigma dos esquimós, que ingerem quantidades enormes de gordura.

**O Sr. Benjamin Albagli** — Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, com licença do nobre Deputado, participei de um Congresso, um treinamento em que foi estudado o problema da Terra Nova.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — (Inaudível. Impossível apanhamento taquigráfico.)

**O Sr. Benjamin Albagli** — Não sei se é esquimó ou esquimau. Vou dizer esquimó ou esquimau, com licença. Não sei se comerei, neste particular, alguma ciscada.

Recordando o assunto em tela, estavam eles habituados, como V. Ex.<sup>a</sup> disse muito bem, a comer praticamente os animais. Mas tinham um hábito que repugnamos, qual seja o de comer o animal inteiro, isto é, com as vísceras e com o que continham as vísceras, entendendo como vísceras os intestinos repletos. Com isso, eles ingeriam quantidades enormes de musgos, pequenos vegetais que os animais comiam, de modo que apresentavam sinais de aftosa.

Mas, quando a civilização chegou à Terra Nova, começaram a comer e a gostar de biscoitos com o açúcar refinado. O açúcar refinado não é tão bom como o açúcar mascavo.

É outro problema do mundo contemporâneo, que poderemos reduzir em três palavras: retenção, fortificações e restauração dos alimentos.

Se me permitem e se o nobre Presidente consentir, direi que há muitos anos, através de um Deputado que retornou à Câmara dos Deputados — Armando Falcão —, apresentei projeto sobre o enriquecimento dos alimentos, que foi a lei de guerra número um dos Estados Unidos. O ato de guerra dos Estados Unidos foi o enriquecimento dos alimentos: retenção, fortificação e restauração dos alimentos — retenção, na tecnologia industrial de preparação, os tecidos nutritivos essenciais à alimentação; restauração, repondo aquilo que a tecnologia tinha diminuído, e enriquecimento ou fortificação, acrescentamos.

Acho de bom alvitre — aqui, uma sugestão, se a Comissão me permitir — que se acrescentasse um valor industrial mais nutritivo ao açúcar, que se utilizasse o açúcar como fonte de enriquecimento de outras substâncias, como fonte portadora de quota de ferro, adicionadas algumas vitaminas. Naturalmente que se tem de estudar em laboratório as proporções. Nos Estados Unidos, o programa de enriquecimento foi uma das grandes conquistas que a guerra proporcionou, pois os Estados Unidos

são um conglomerado de pequenas nações autônomas. Só em tempo de guerra se poderia fazer uma lei de âmbito nacional como esta — a número 1: o enriquecimento dos alimentos.

O açúcar e as farinhas, usados na América, poderiam ser fonte de enriquecimento de alimentos no Brasil. Venderíamos mais açúcar.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — Professor, o uso do açúcar é capaz de produzir arteriosclerose coronária ou cerebral?

**O Sr. Benjamin Albagli** — Não.

Citai o caso do Professor Yudkin, da Universidade de Edimburgo. Esse professor começou a correlacionar a maior incidência da arteriosclerose, especialmente a incidência da cardiopatia coronária e do incremento de consumo de açúcar, na Inglaterra. Documentou, aparentemente, com certa segurança. Aumentou o consumo de açúcar, aumentou a incidência de coronalite. Primeiro: antigamente, antes de 1912, ninguém fazia o diagnóstico de isquemia coronária. Ninguém sabia fazer. O sujeito que morria de coronária, morria de mal súbito.

Muitas vezes, esse mal súbito confunde-se até com os males do aparelho digestivo, porque a dor é abdominal. De outro lado, como disse e V. Ex.<sup>a</sup> concordou, nós podemos correlacionar o aumento de enfarte com o decurso de 50 anos. Ele mesmo aqui está citado num trabalho de 67 que eu compulsei o original "Too early to say". É muito cedo para dizer que o açúcar de alimentação pode produzir a doença equanímica do coração, de modo que ele recuou.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — E ainda mais, veja V. Ex.<sup>a</sup>, não pude analisar este trabalho. Mas eu o pus de quarentena desde que tive notícias dele, exatamente porque ele atribui o mal ao açúcar, vulgarmente chamado açúcar, à sacarose. Ora, sacarose não existe normalmente no sangue. De modo que deveria ser a um dos monossacarídeos, ou tinha que ser dextrose, ou a nebulose, uma gáctose que em si, por causa da gordura do leite, penetra na torrente circulatória.

Ora, admitir que seja a glicose, *de per si*, um dos componentes fundamentais do organismo, não estando significativamente aumentada esta substância, seria muito discutível. Nesta hipótese, seria investigar pelo lado da nebulose, talvez. Mas nós sabemos que a nebulose é transformada em glicose, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, no organismo. De sorte que as primeiras referências que tive, que li, quanto a esses trabalhos, me puseram de quarentena, como disse há pouco, porque não pode ser ligado *a priori*, mas quando não se pode imaginar qual o mecanismo através do qual a substância viesse a lesar o vaso, a gente fica logo em dúvida, quanto a isto. Ainda mais, sabemos os que acompanhamos a Medicina, nesses últimos trinta anos, quanta novidade em cada cinco anos surge. Quando Hoffmann, por exemplo, começou a fazer o seu trabalho com as famosas centrifugadoras, parecia que estava tudo resolvido. Naquela época eu morava na Europa, e foi um suspiro que se ouviu em todo o continente europeu. Hoje em dia, os trabalhos de Hoffmann são simples referências quase de caráter histórico.

Uma das coisas que ainda estão perdurando é o nosso bom colesterol. Parece que, de fato, há alguma correlação — veja bem, alguma correlação — entre as taxas de colesterol e arteriosclerose e essas mesmas são contestadas. Por exemplo, aquelas arterioscleroses experimentais, provocadas em certos animais mediante a ingestão, em grandes quantidades, de arteriosclerose, parece não serem, do ponto de vista patológico, lesões superponíveis à arteriosclerose humana, a começar porque são completamente reversíveis. Naqueles animais de experiência, se se suspende, durante algum tempo, mais os menos prolongado, a ingestão de superabundância de colesterol, verifica-se que há uma reversão e, no fim de algum tempo, a parede vascular se manifesta mais ou menos íntegra, mais ou menos normal.

Por isso, querer atribuir a tal ou qual substância a ação heterogênea é muito difícil e, principalmente, quando se trata de sacarídios, mas particularmente usando essa linguagem de sacarídios, sacarose, açúcar, isso não tem muito significado cientí-

fico, apesar de um dos trabalhos dele, pelo que sei, ter sido publicado no "The Lancet", uma das revistas mais sérias do mundo inteiro. Se não me engano, esse trabalho aqui V. Ex.<sup>a</sup> conhece.

**O Sr. Benjamin Albagli** — Tenho outros citados aqui, o primeiro não li. Compulsei outro intitulado "Hipóteses e Fatos".

Ele publicou uma série de trabalhos e, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite — não para discordar de V. Ex.<sup>a</sup>, em absoluto. V. Ex.<sup>a</sup> foi muito claro, exato, estou inteiramente de acordo — o problema da arteriosclerose é muito grave, muito complexo, muito difícil.

Lá na Coréia, foi verificado que rapazes morriam em ação, ainda jovens, sadios, conscritos norte-americanos são sadios, com 52% de arteriosclerose. De modo que não é surpreendente que a pessoa morra com 30, 40 anos, com esse problema. A gente fica surpreendida, mas não é para isso. E já vi um menino, caso virgem, 18 anos com o sintoma.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — Essas observações feitas pelos americanos já haviam sido feitas pelos alemães, em 1918. Na Guerra 14/18, foram encontradas lesões com arteriosclerose coronária em indivíduos de 20 anos.

**O Sr. Benjamin Albagli** — O que é interessante notar é que durante a guerra diminui tremendamente a incidência dos transtornos metabólicos. Reduz o colesterol, como fator predisponente de lesões cardiovasculares e condicionam um estado metabólico melhor, de tal sorte que estatisticamente é justificável uma redução da incidência do enfarte.

Podemos, também, verificar como os problemas médicos são complexos, mas o grande progresso da medicina, a meu ver, não foi da medicina mas sim devido, em grande parte, ao progresso da engenharia sanitária, saneamento básico, engenharia urbana, habitação adequada. O problema da alimentação é um fator fundamental nos tempos atuais, apesar da industrialização e que oferece grandes vantagens. Podemos oferecer, durante o ano inteiro, alimentos que só podíamos oferecer em determinados períodos. O homem contemporâneo, atra-

vês de uma série de medidas diretas e indiretas, alcançou um grau de saúde bem mais elevado. Mas há uma série de problemas ainda em equação, que não podemos identificar para responder à luz dos conhecimentos atuais. Isto é que é o fato. Nós, por exemplo, que já podemos nos considerar de meia idade, isto é, com mais de quarenta anos, quando lemos livros do século passado deparamos com doenças que não existem mais. Por exemplo, era tão elegante ser clorótico e anêmico, principalmente as moças do século passado, que todos os autores citavam a doença. Era um tipo de anemia grave que surgia na moça que vivia fechada dentro da casa, que não comia nem via o sol e nem fazia exercício. Essa doença desapareceu mas o tratamento não foi condicionado ao progresso da medicina, foram progressos de condições sociais, princípios de vida.

**O Sr. Deputado Britto Velho —** (Inaudível.)

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) —** Professor, gostaria de formular ao Senhor uma última pergunta: Os edulcorantes artificiais podem substituir o açúcar nas funções energéticas e no seu papel sobre as células nervosas e o fígado?

**O Sr. Benjamin Albagli —** Não. Evidentemente não.

**O Sr. Deputado Britto Velho —** Professor, gostaria de formular algumas perguntas, entretanto isto será um pouco difícil, porque tantas e tão bem feitas foram as perguntas, particularmente as respostas e informações prestadas pelo professor, que eu não terei oportunidade de falar muito.

Isto, aliás, dará muita alegria aos membros desta Comissão.

Emerson certa vez disse que as suas melhores idéias lhe haviam sido furtadas pelos antigos pensadores. Eu quase diria que algumas das perguntas que eu deveria formular, a título de estímulo, para esclarecimento, em verdade, já foram formuladas.

Estou aqui no papel de Emerson e o Professor no papel de Aristóteles.

Seria inconcebível que V. S.<sup>a</sup> pouco falasse, depois de tanto ter viajado. Quero, ainda, trocar algumas

idéias com o eminente colega. Inicialmente, quero referir-me a algumas experiências em animais vivos, realizadas com camundongos no que se refere ao ritmo de crescimento e a situação dos mesmos no que diz respeito ao seu nascimento.

Pensa o professor que isto poderia transferir-se para o homem? Porque, em verdade, nem tudo que vale para o camundongo — e ainda bem — vale para o homem e nós que trabalhamos em laboratório sabemos, através da filosofia, que as verificações nos animais não se confirmam no homem. Algumas coisas que dão resultado nos animais não dão no homem. As próprias doses tóxicas com referência a animais são muito variáveis. Exatamente por isso não teria o direito de extrapolar e dizer que, se no animal, no rato, no camundongo, isto aconteceu, certamente isto venha a acontecer no homem. Entretanto, é um alerta, um aviso e daí a importância das experiências com os animais. Se algo acontece de mal com o animal, é possível que aconteça no homem.

Por isso, Professor, eu gostaria de perguntar o que pensa V. S.<sup>a</sup> a respeito. Parece-lhe que este dado, esta verificação na série animal deva ser origem de alguma providência especial quanto ao uso livre? Porque uma coisa é o uso sob prescrição médica; uma coisa é o uso de determinada substância sob orientação do médico e outra coisa é o uso livre pelo povo de tal ou qual substância.

Evidentemente, nenhum de nós admitiria que substâncias propriamente ditas medicamentosas fôssem de ação farmacoterapêutica. Por conseguinte, pudessem ser usadas sem prescrição médica, como é a aspirina e similares.

Então, eu pergunto, em primeiro lugar: pensa V. S.<sup>a</sup> que esta verificação deveria ter algum reflexo no uso indiscriminado dessas substâncias edulcorantes no homem?

**O Sr. Benjamin Albagli —** Senhor Deputado e Professor Brito Velho, agradeço a honra que V. Ex.<sup>a</sup> me confere em esclarecer este ponto.

Nesta pequena monografia, neste questionário que está aqui respondido, e o foi com precisão, procurei, por certo, seguir um preceito latino: **pouca sed bona.**

**O Sr. Deputado Britto Velho —** Que era um velho princípio da terapêutica pouca porém boa.

**O Sr. Benjamin Albagli —** Procurei fazer algumas das observações das muitas que li nas bibliografias já citadas e muitas que trouxe e que não estão citadas e ainda tenho, mas toda bibliografia compulsada revela que nas doses, com licença do nobre Deputado, nas doses habituais, considerando habitual as rações pouco ou muito que se pode tomar entre 10 a 30 comprimidos, corresponde, sob o ponto de vista de peso, tão pouco que não chega a 1%.

Inclusive com injeções intravenosas verifiquei que correspondia com 5% do volume calórico.

Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, discordo da interpretação. O rato é o animal que mais se parece com o homem no comportamento, mas, experimentalmente, do ponto de vista da nutrição, para não fugir ao tema em foco, o rato é o animal que mais servia para experimentação no campo da nutrição quase toda experimentação de substâncias nutritivas, utilizadas, eventualmente, nos animais se refere ao rato pela sua vida curta, pela possibilidade de acompanhar várias gerações. Inclusive, nesse particular, um pouco fora do assunto — açúcar —, mas dentro do problema — câncer —, trabalhos sucessivos de várias escolas norte-americanas demonstraram que o crescimento do rato determinava nas gerações sucessivas o aparecimento do câncer, com incidência muito maior, estatisticamente significativa — e esta já é uma interpretação minha —, mostrando que talvez uma das razões possíveis da maior incidência do câncer atual, além da longevidade mais alta, se deve a que o homem atual cresce mais rápido, torna-se adulto mais depressa. Já no Velho Testamento há referência a que as mulheres do campo menstruavam mais tarde que as mulheres da cidade. Aquelas que tinham vida árdua amadureciam mais tarde, enquanto que a vida moderna, com todo seu conforto, permite uma alimentação balanceada, um amadurecimento mais precoce, e um envelhecimento celular precoce. A criança não é um adulto pequeno, as proporções são diferentes. Crescimento é aumento; e desenvolvimento é diferenciação de órgãos e de tecidos.

O rato que toma 5 a 10% de ciclamatos realmente cresce menos. Mas não há nenhuma referência, na literatura que compulsei, e que foi numerosa, a pessoa que nem experimentalmente tomasse tanto. O rato com 1%, que é dose muito superior àquela que qualquer pessoa pode tomar, não apresentou qualquer alteração. O paradoxal — e foi aqui citado — é que na taxa de crescimento reduzido, que chegou a ser de 30%, não havia nenhuma alteração histológica, onde a alteração celular foi, talvez, possibilitada — é uma interpretação que faço agora, em face da pergunta — a vantagem do diálogo é esta —, talvez uma ação sobre as glândulas, talvez sobre a hipófise, que é a glândula por excelência do crescimento, e, secundariamente, sobre a tireóide, eu não posso dizer.

**O Sr. Deputado Britto Velho —** Fêz V. S.<sup>a</sup> algum exame histológico?

**O Sr. Benjamim Albagli —** Nenhum! Tanto que deveriam fazer, mas, se fizeram, não o publicaram. Deviam fazer outras experiências, verificar, determinar as causas dessa redução estatural, ponderal dos ratos observados. É um trabalho interessante, mas que não se aplica à espécie humana porque as doses que tomaram, como se faz experimentalmente, são tremendamente superiores àquelas que qualquer pessoa poderá tomar em condições — com licença de V. Ex.<sup>a</sup> — habituais.

**O Sr. Deputado Britto Velho —** V. S.<sup>a</sup> aborda um assunto muito importante: é exatamente o mecanismo através do qual doses tão altas de edulcorantes teriam podido impedir o crescimento. Pergunto: a absorção intestinal dos ingestos alimentares não foi modificada?

**O Sr. Benjamim Albagli —** Eles fazem referência a isso mas não provam.

**O Sr. Deputado Britto Velho —** Não foram medidos, não foram pesados?

**O Sr. Benjamim Albagli —** Não! Realmente, a interpretação foi esta: tendo a mesma ingestão calórica e não havendo nenhuma alteração histopatológica, é de espantar que ocorresse, que nada disso fosse observado. Mas, na nossa triste medicina, que, às vezes, é tão bela, V. Ex.<sup>a</sup> e todos conhecem muito bem o grave e pertur-

bador campo atual, clássico, das perturbações mentais sem lesões orgânicas.

**O Sr. Deputado Britto Velho —** Evidente. Ainda mais eu, que sou partidário dos gênios.

**O Sr. Benjamim Albagli —** Tratamos hoje dos doentes mentais. Há vinte e tantos anos conheci famosos médicos do Rio — conheci outros lá fora — como Meduna, que fez o eletrochoque pelo cardíaco.

Tudo isso mostra como o problema é complexo.

A literatura parece numerosa, mas sobre assunto tão complexo ela é pouca, escassa. Experimentalmente, poucos foram os autores que cuidaram do assunto.

Estou inteiramente solidário com a nobre Comissão, não só sob o ponto de vista econômico, pois é problema que aflige parcela apreciável da nação, mas é problema médico que não está devidamente investigado, como o caso dos ciclamatos e dos edulcorantes, que têm largo consumo e cada vez maior no mundo.

Realmente há pouca experiência, há pouca observação de laboratórios. Se considerarmos o uso maciço e crescente, não só no Brasil, mas no mundo inteiro — pelo menos no mundo ocidental. Vemos frequentemente — e acredito V. Ex.<sup>a</sup> o tenha observado — amigos, depois de um lauto almoço ou jantar, tomarem um cafézinho com sacarina ou com outro edulcorante.

E mais ainda, para exemplo, um amigo meu janta muito bem, come uma torta com creme e toma um cafézinho com sacarina. Isto até parece piada do papagaio.

**O Sr. Deputado Britto Velho —** Vejo que a resposta que V. S.<sup>a</sup> deu é realmente clara, minuciosa.

Outro caso também interessante. Quando uma mulher está grávida (e todos nós conhecemos a manobra de precaução existente durante esse período de gestação), a prudência que se deve ter no uso de medicamento para ela.

Essa prudência deve-se, estender também ao uso de edulcorantes, de adoçantes artificiais?

**O Sr. Benjamim Albagli —** Geralmente, não é necessária muita pru-

dência. Mas, dentro de um conceito mais amplo de precaução, entendo que o ideal é a gestante comer o mínimo, o suficiente que lhe fôr receitado por um só médico.

Não sou muito entusiasta também dos medicamentos novos dados à gestante porque há tanta coisa que se sabe que não vale nada. Quanto aos primeiros medicamentos, nas primeiras observações feitas, com medicamento cruzado, em que os indivíduos tomavam uma pílula verde, uma cor de rosa, uma azul, uma amarela, e depois se verificava que o resultado de toda era equivalente, e os que tomavam açúcar, melhoravam também, hoje sou muito cético, e cada vez mais, em matéria de terapêutica.

Considerando sob esse aspecto e considerando — acho que aqui não citei, eu escrevo tanto, perdoem-me, às vezes não sei onde escrevo certas coisas, e falo muito por força de necessidade profissional —, hoje sabe-se que 5 a 10% dos doentes internados nos grandes centros médicos do mundo o são em consequência de terapêutica mal conduzida. 5 a 10% são vítimas dos processos médicos de tratamento intempestivo, isto nos Estados Unidos onde o grau de formação profissional do médico é muito superior. Mas ali es apura alguma coisa. Aqui, como já dizia, creio que Voltaire: "A terra come com frequência, sem conhecimento de ninguém, os erros dos médicos."

Respondendo à pergunta de V. Ex.<sup>a</sup> no caso específico da gestante e no caso geral do doente — que às vezes não é doente, vai ao médico fazer uma revisão e sai com receita enorme sem ter coisa alguma, os médicos abusam do receituário sem necessidade clara, definida, de prescrever — o ideal seria que as pessoas se privassem de substâncias cuja ação eventualmente possa ser maléfica.

Não vejo nenhuma razão para o indivíduo andar tomando substâncias químicas sem valor nenhum apenas para dar sabores, como, aliás, se usa em toda indústria alimentícia. Sou contra o amarelo da massa que não é do ovo, sou contra uma porção de aditivos que se usam e são aceitos aqui e contestados ali. In dubio, no caso, não é pro reu, é pro povo. Vamos evitar que o povo possa tomar alguma



coisa que, eventualmente, e a longo prazo, lhe possa fazer mal. Essa é que é a dificuldade: a longo prazo.

O drama do médico é que não pode acompanhar.

Inclusive, na Rússia, dizem que há um Instituto de Genética — isso é muito importante — que é acompanhado em caráter de gerações. Nós não podemos acompanhar, num homem, a evolução do problema, porque nós morremos. Mesmo quando estamos acompanhando determinado assunto, morremos.

Realmente, a longo prazo, só uma equipe sucessiva, substituindo-se sucessivamente seus componentes, porque ela morre, para poder verificar-se, a longo prazo, certos inconvenientes de medicamentos ou remédios que possam condicionar o aparecimento de doenças, desde as degenerativas, até as nervosas ou metabólicas.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — Tão boas são as suas respostas que acho que poderíamos traçar o que poderíamos chamar a política a ser seguida com referência a edulcorantes artificiais.

Quais parecem a V. S.<sup>a</sup> as medidas a serem indicadas, e não apenas indicadas, mas realizadas pelas autoridades competentes, com referência aos edulcorantes?

Eu formulo agora, e tenho formulado ao longo de todo esse inquérito, perguntas que, evidentemente, não formularia se estivesse falando como médico, mas aqui sou apenas membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, de tal sorte que muitas perguntas são feitas aqui para que constem dos nossos documentos e que possam ser usadas oportunamente; muitas delas não são para esclarecimento próprio mas sim para esclarecimento da Comissão, que não é composta de médicos e, mesmo se o fosse, tratando-se de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não deveria funcionar como sendo composta por especialistas em medicina.

Vou, entretanto, passar à pergunta que ia formular: Pensa V. S.<sup>a</sup> que os edulcorantes devam ser vendidos apenas sob prescrição médica ou menos rigorosamente, apenas nas farmácias, sem prescrição médica, ou ainda serem vendidos em qualquer casa em que se comercializam os alimentos?

**O Sr. Benjamim Albagli** — Procurando limitar a pergunta em 90% para termos 10% de natureza pessoal, mas em benefício da coletividade, faço mesmo um apelo a esta Comissão para que auxilie o Instituto de Nutrição do Estado da Guanabara com uma dotação, a fim de que possamos fazer uma investigação neste particular. E eu me comprometo a fazer uma investigação a esse respeito. E, respondendo à pergunta formulada, eu acho que os edulcorantes devem ser vendidos inclusive nas farmácias, mas sem receita médica.

É um produto químico, não é alimento; logo, o local em que deve ser vendido é farmácia.

Os antibióticos também fazem mal. Já vi muito recém-nascido com a dentina amarelada, porque as mães abusaram de antibióticos. Já vi muitos acidentes médicos graves.

Em muitas doenças, como a tuberculose e a sífilis, um dos maiores problemas é que o doente não toma remédio direito e de dez anos para cá essas doenças estão retornando, isto porque os micróbios estão insensíveis, já adquiriram resistência à ação terapêutica, estão formando resistência de anticorpos. A mosca, por exemplo, precisa hoje de doses mil vezes maior de PDT. Os problemas surgem em consequência da ação dos médicos mal conduzidos, ou dos doentes. Ora, se o quadro, em linhas gerais, é este, é óbvio que não podemos, em consciência, limitar e ainda há pouco falava com o ilustre e nobre Senador, Presidente desta Comissão, eminente Sr. Milton Campos, que na Guanabara, cidade-Estado, ex-capital da República, têm-se cuidados com a venda dos entorpecentes e dos psicotrópicos mas, nos arredores, que são as cidades-satélites, cidades dormitórias, compra-se à vontade. Em torno da Guanabara o receituário é livre.

Pelo menos nos dava a idéia de que é uma coisa que não é para ser tomada de qualquer maneira. Que é para ser vendida em farmácias. Dá a idéia, até certo ponto, de que, sem ser medicamento, é alguma coisa que se aproxima do medicamento, que tem finalidade médica.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — Seria um caso a desenvolver, que alguém despertasse para esse detalhe.

**O Sr. Benjamim Albagli** — A mesma coisa é o exemplo que vou dar. O sal de cozinha é desaconselhável nas condições exageradas em todas as pessoas que já chegam à idade de 30 ou 40 anos, como nós. O cloreto de sódio não é vendido em farmácia, mas determinadas substâncias químicas que dão gosto salgado são vendidas em farmácias. Então, o exemplo é totalmente válido.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — É interessante a observação de V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Benjamim Albagli** — O exemplo é totalmente válido. Ninguém vende edulcorante em mercearias, mas sim nas farmácias. Eu nunca vi vender medicamento, que fosse medicamento e que tem gosto de sal, em mercearia. É um exemplo de quem comprova a necessidade de ser vendido o edulcorante nas farmácias.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — Nas pesquisas feitas, que tivessem utilidade nova, sem o que estas comissões não poderiam prosseguir, tivemos vários depoentes e, infelizmente, não damos notas aos depoentes, mas, se dêssemos nota, eu lhe daria distinção, Professor.

Estou encantado com a exposição de V. S.<sup>a</sup> Se eu pudesse dar nota a V. S.<sup>a</sup> daria *summa cum laude*.

Surgem agora, como dizia, alimentos preparados com edulcorantes, com adoçantes artificiais para serem usados por diabéticos. Como seria então? Seriam os doces, as compotas preparados com edulcorantes? Deveriam também ser vendidos nas farmácias ou poderiam ser vendidos nos armazéns com alguns cuidados que V. S.<sup>a</sup> nos daria a honra de sugerir?

**O Sr. Benjamim Albagli** — A pergunta é difícil de responder pela multiplicidade de tipos existentes no Brasil, que, ainda, existem nos Estados Unidos. Num desses livros que eu trouxe, que tive oportunidade de mostrar ao Sr. Senador Milton Campos, está a fotografia de uma vendinha dos Estados Unidos ao lado de uma grande mercearia. Essa variedade de tipos, na fase de transição em que estamos vivendo, mas que não é só no Brasil; porém no mundo inteiro, torna difícil caracterizar uma fórmula.

Parece-me fundamental — esse é um ponto que aqui está mencionado



de passagem e que é importantíssimo nos Estados Unidos — que todos os alimentos tivessem nitidamente indicada sua fórmula.

Eu, às vezes, compro uma substância ou um medicamento em que não encontro exata e claramente apresentada a fórmula.

Esses doces deveriam ser vendidos para ser utilizados somente sob prescrição médica, cuja fórmula não tem hidratos de carbono.

Na América, por exemplo, há firmas que obrigam a isso. Nós devíamos ter — e aqui a sugestão que não fiz —, eu achava que deve haver aqui, uma Comissão Permanente do Senado e da Câmara no sentido de melhorar a alimentação no Brasil, inclusive com um aspecto, que seria este, da obrigatoriedade de os alimentos terem expressa e claramente a sua composição, a fim de que se soubesse o que se estava comprando. E quando o alimento tivesse finalidade dietética — há que pensar numa redação — traria: “alimento dietético”, “indicação médica” e “para casos especiais”. E, a seguir, diz-se-lhe a sua fórmula. Então a pessoa ficava sabendo que aquele não era alimento para ser usado indiscriminadamente para adultos e crianças, e que tinha uma finalidade específica. Assim se evitaria o abuso de tal produto por pessoas mal informadas. Ainda se evitaria o abuso de tal produto por pessoas mal informadas. Ainda ontem ouvi de uma doente que a médica lhe havia recomendado, para engordar, o uso de vinho com água e açúcar. Ora, nada estraga tanto o vinho como acrescentar-lhe água e açúcar. Por isso, tenho a impressão de que a fórmula seria chamar a atenção, de modo geral, para a composição dos alimentos e, no caso particular, do edulcorante, este devia ser alimento especificamente indicado por médico.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — Há o Decreto número 61.149, que baixou normas técnicas especiais para fabricação e venda de produtos dietéticos. Esse decreto entrou em vigor a 9 de agosto de 1967.

**O Sr. Benjamin Albagli** — Ilustre Deputado, o prazo é de 120 dias.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — Ainda não foi regulamentado!

**O Sr. Benjamin Albagli** — Deveria estar desde o ano passado.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — E é respeitado por todos os fabricantes de edulcorantes artificiais?

**O Sr. Deputado Britto Velho** — Por um deles. Os outros todos não têm indicação.

**O Sr. Benjamin Albagli** — Não é produto dietético; é produto químico.

**O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator)** — É defeito do legislador.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — No caso, do próprio Executivo.

**O Sr. Benjamin Albagli** — Não é produto dietético; é apenas uma substância química que não combate nada e que dá gosto doce, e não é açúcar, equivalente ao produto químico que dá sabor salgado e não é sal.

Não tem valor nutritivo, não tem valor vitamínico, não tem valor mineral, não tem valor algum. É substância química que, em contato com as papilas gustativas, dá sensação adocicada.

No Brasil, de modo geral, há um desrespeito. Primeiro: a higiene na indústria de produtos alimentícios; segundo: desonestidade na etiqueta, no rótulo.

O Abbott não pode colocar rótulo dizendo que é um produto que dá complemento dietético. Não é complemento. É substância química que dá sabor adocicado. Seria a maneira honesta de apresentar o produto.

**O Sr. Deputado Britto Velho** — Há dias, o professor Wolsky, eminente pediatra paulista — que V. S.<sup>a</sup> deve conhecer —, o professor Wolsky, depondo nesta Comissão, relatou-nos que uma pobre senhora, tendo lido que uma gota correspondia a tantas gramas de açúcar, do ponto de vista da capacidade do edulcorante, essa senhora estava fazendo cálculos e modificando completamente o regime alimentar da criança, mantendo-a relativamente subnutrida, exatamente porque interpretara mal o que lera no rótulo do adoçante.

**O Sr. Benjamin Albagli** — Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, interpretava ela o que estava escrito sem conhecimento maior, porque, na ignorância dela —

e há tanta gente com “santa ignorância” por aí — pensou que equivalente fôsse realmente equivalente. É equivalente no sabor que uma substância química pode dar.

É muito importante, no que concerne às substâncias que devam ser aplicadas, o que considero fundamental.

E acho que esta Comissão, ao concluirmos, deve-se coobrigar — não só neste caso, para não particularizar apenas um aspecto, mas no aspecto geral — no sentido de que, a adotar providências honestas, claras, concretamente, analisem sempre as substâncias que estão sendo postas à venda. Realmente, não é complemento de produto dietético, daí não se poder dizer que faça mal.

Citando o nome, por exemplo, do açúcar Vital: o açúcar Vital Brasil, aproveitando o nome próprio, dá impressão de um produto sintético, de um produto de açúcar superconcentrado; superótimo, vamos dizer, de equidescência.

E o mais grave é a fórmula levada, motivada por interesse comercial, isto é certo. Induz, realmente, ao erro, sobretudo numa população como a do Brasil que, muitos vezes, se encontra distante de qualquer informação adequada. Quando moramos num grande centro, como no Rio de Janeiro, temos inclusive aviso, pelos médicos, sobre os produtos novos e sua eficácia. Eu tive colegas que me avisavam e V. Ex.<sup>as</sup> também os devem ter.

Agora, o que está escrito na bula eu não discuto. O que mais faço, hoje, é duvidar primeiro. E vou observar depois. Vou com muita calma, não sou precipitado. Com medicamento novo vou com cautela sempre por causa dos efeitos secundários. Isto porque, para o exemplo, há evidentes desonestidades na formação de seus rótulos, como estou vendo aqui nos gráficos.

Realmente não tenho prestado atenção. Vivo tão apressado. Esta forma, por exemplo: “Complemento dietético etc. etc.”, deve, sempre, fazer referência ao médico ou à prescrição médica, ou mesmo que não seja obrigatoriamente indicado por médico, sem a expressão “produto dietético”.

O Sr. Deputado Britto Velho — Sr. Presidente, não sei se é possível formular um pedido ao nobre depoente, de que, dentro de algumas semanas, nos enviasse uma sugestão escrita sobre a maneira como deveriam ser indicadas, tanto no edulcorante como nos alimentos preparados com edulcorantes, essas citações reais referentes à natureza da substância.

Não sei se isso seria possível, mas seriam uma excelente colaboração, como me parece deveriam ser os rótulos, tanto dos alimentos como dos refrigerantes em geral.

O Sr. Benjamin Albagli — Agradeço sobremodo o convite, que muito me honra, de V. Ex.<sup>a</sup> e prometo desincumbir-me da melhor maneira possível, em breve tempo.

Não sei se isto aqui é para mostrar ou para levar. Gostaria de ter as cópias para ver onde estão as falhas, para fazer uma apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — É tão valiosa a sua colaboração que o Professor poderia levar o material e devolvê-lo com a sugestão.

O Sr. Benjamin Albagli — Com todo prazer. Muito me honra a con-

fiança e aceito a incumbência com muita satisfação.

O Sr. Deputado Britto Velho — Sr. Presidente, para encerrar eu queria, pessoalmente, e acho que em nome dos meus companheiros da Comissão, agradecer o depoimento que o ilustre Professor fez, porque realmente esclareceu uma série de problemas ainda relativamente obscuros e, ainda mais, trouxe sugestões de natureza concreta.

Esse é um dos problemas que me têm interessado e que me está a interessar muito. Não apenas o debate científico, a discussão científica, mas amizades para aquilo que neste instante denomino política a ser seguida com referência a este assunto.

O Professor pode sair convencido de que prestou um grande serviço a esta Comissão, conseqüentemente ao Congresso e ao povo brasileiro.

Não tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente, mas vou tomar a liberdade de incluí-lo no rol, não dos meus colegas, mas até dos meus amigos — se é que permite tal designação, que deve ser usada, realmente, com muita cautela.

O Sr. Benjamin Albagli — Estou sendo muito honrado com essa expressão de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Deputado Britto Velho — É um homem de tais qualidades, que gostaria de frequentá-lo, oportunamente. (Risos.)

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Britto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Encerrado o depoimento do Professor, quero prestigiar os agradecimentos já feitos pelo nobre relator e pelo nobre sub-relator.

Realmente, V. Ex.<sup>a</sup> trouxe esclarecimentos excelentes e fez uma exposição de grande importância, abordando aspectos práticos do problema.

Os Deputados Pedroso Horta e Britto Velho, que têm autoridade para consagrar, já deram a V. S.<sup>a</sup> a nota classificando a sua exposição como excelente.

Era, portanto, o que tinha dizer, agradecendo mais uma vez a V. S.<sup>a</sup>

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18 horas e 10 minutos)

## MESA

Presidente: Gilberto Marinho (ARENA — GB)  
 1.º-Vice-Presidente: Pedro Ludovico (MDB — GO)  
 2.º-Vice-Presidente: Rui Palmeira (ARENA — AL)  
 1.º-Secretário: Dinarte Mariz (ARENA — RN)  
 2.º-Secretário: Victorino Freire (ARENA — MA)  
 3.º-Secretário: Aarão Steinbruch (MDB — RJ)  
 4.º-Secretário: Cattete Pinheiro (ARENA — PA)  
 1.º-Suplente: Guido Mondin (ARENA — RS)  
 2.º-Suplente: Vasconcelos Tôrres (ARENA — RJ)  
 3.º-Suplente: Lino de Mattos (MDB — SP)  
 4.º-Suplente: Raul Giuberti (ARENA — ES)

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

## DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

## Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos (SC)

## DO M.D.B.

Líder — Aurélio Vianna (GB)

## Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (AC)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE  
LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

## ARENA

## TITULARES

Arnon de Melo

Domício Gondim

Paulo Tôrres

João Cleofas

Teotônio Vilela

## SUPLENTE

José Leite

José Guilomard

Adolpho Franco

Leandro Maciel

Aloysio de Carvalho

## M.D.B.

Nogueira da Gama

José Ermírio

Josaphat Marinho

Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: João Cleofas

## ARENA

## TITULARES

José Feliciano

Ney Braga

João Cleofas

Teotônio Vilela

Milton Trindade

## SUPLENTE

Atílio Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

## M.D.B.

José Ermírio

Aurélio Vianna

Argemiro de Figueiredo

Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO  
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO  
ALALC

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

## ARENA

## TITULARES

Ney Braga

Antônio Carlos

Mello Braga

Arnon de Melo

Atílio Fontana

## SUPLENTE

José Leite

Eurico Rezende

Benedicto Valladares

Carvalho Pinto

Filinto Müller

## M.D.B.

Aurélio Vianna

Mário Martins

Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

## ARENA

## TITULARES

Milton Campos

Antônio Carlos

Aloysio de Carvalho

Eurico Rezende

Wilson Gonçalves

Petrônio Portela

Carlos Lindenberg

Paulo Sarasate

Clodomir Millet

## SUPLENTE

Álvaro Maia

Lobão da Silveira

Benedicto Valladares

Arnon de Melo

Júlio Leite

Menezes Pimentel

Adolpho Franco

Filinto Müller

Daniel Krieger

## M.D.B.

Antônio Balbino

Bezerra Neto

Josaphat Marinho

Edmundo Levi

Arthur Virgílio

Argemiro de Figueiredo

Nogueira da Gama

Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

## TITULARES

José Feliciano  
Eurico Rezende  
Petrônio Portela  
Atílio Fontana  
Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Manoel Villaça  
Wilson Gonçalves

## SUPLENTE

Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Teotônio Vilela  
José Leite  
Mem de Sá  
Filinto Müller  
Fernando Corrêa  
Adolpho Franco

## M.D.B.

João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Adalberto Sena

Bezerra Neto  
Oscar Passos  
Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R/245.

Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

## ARENA

## TITULARES

Carvalho Pinto  
Carlos Lindenberg  
Júlio Leite  
Teotônio Vilela  
Domicio Gondim  
Leandro Maciel  
Atílio Fontana  
Ney Braga

## SUPLENTE

José Leite  
João Cleofas  
Duarte Filho  
Sigefredo Pacheco  
Filinto Müller  
Paulo Tórres  
Adolpho Franco  
Antônio Carlos

## M.D.B.

Bezerra Neto  
Edmundo Levi  
Sebastião Archer

José Ermirio  
Josaphat Marinho  
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

## ARENA

## TITULARES

Menezes Pimentel  
Mem de Sá  
Alvaro Maia  
Duarte Filho  
Aloysio de Carvalho

## SUPLENTE

Benedicto Valladares  
Antônio Carlos  
Sigefredo Pacheco  
Teotônio Vilela  
Petrônio Portela

## M.D.B.

Adalberto Sena  
Antônio Balbino

Ruy Carneiro  
Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E  
CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E  
POVOAMENTO

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Alvaro Maia

## ARENA

## TITULARES

Antônio Carlos  
Moura Andrade  
Paulo Sarasate  
Milton Trindade  
Alvaro Maia  
José Feliciano  
João Cleofas  
Paulo Tórres

## SUPLENTE

José Guimard  
Eurico Rezende  
Filinto Müller  
Fernando Corrêa  
Lobão da Silveira  
Menezes Pimentel  
Petrônio Portela  
Manoel Villaça

## M.D.B.

Arthur Virgílio  
Ruy Carneiro  
João Abrahão

Adalberto Sena  
Antônio Balbino  
José Ermirio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

## ARENA

## TITULARES

Paulo Sarasate  
João Cleofas  
Mem de Sá  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Villaça  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco  
Carvalho Pinto  
Fernando Corrêa  
Júlio Leite

## SUPLENTE

Lobão da Silveira  
José Guimard  
Teotônio Vilela  
Carlos Lindenberg  
Daniel Krieger  
Filinto Müller  
Celso Ramos  
Milton Trindade  
Antônio Carlos  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Paulo Tórres

## M.D.B.

Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Arthur Virgílio  
José Ermirio

Oscar Passos  
Josaphat Marinho  
João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Antônio Balbino

## ARENA

TITULARES  
Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Domicio Gondim  
João Cleofas  
Teotônio Vilela

SUPLENTE  
Júlio Leite  
José Cândido  
Arnon de Melo  
Leandro Maciel  
Mello Braga

## M.D.B.

Antônio Balbino  
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro  
Bezerra Neto

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela  
Vice-Presidente: Mello Braga

## ARENA

TITULARES  
Petrônio Portela  
Domicio Gondim  
Atílio Fontana  
Mello Braga  
Júlio Leite

SUPLENTE  
Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Adolpho Franco  
Duarte Filho

## M.D.B.

Arthur Virgílio  
Josaphat Marinho

João Abrahão  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: Domicio Gondim

## ARENA

TITULARES  
Domicio Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Tôres  
Carlos Lindenberg

SUPLENTE  
José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimard  
Benedicto Valladares  
Teotônio Vilela

## M.D.B.

Josaphat Marinho  
José Ermírio

Sebastião Archer  
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

## COMISSÃO DO POLIGONO DAS SECAS

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho

## ARENA

TITULARES  
Clodomir Millet  
Manoel Villaça  
Arnon de Melo  
Duarte Filho  
Menezes Pimentel

SUPLENTE  
Teotônio Vilela  
José Leite  
Domicio Gondim  
Paulo Sarasate  
Leandro Maciel

## M.D.B.

Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves  
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

## ARENA

TITULARES  
Wilson Gonçalves  
Paulo Tôres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Paulo Sarasate  
Carvalho Pinto

SUPLENTE  
José Feliciano  
João Cleofas  
Adolpho Franco  
Petrônio Portela  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Daniel Krieger

## M.D.B.

José Ermírio  
Aurélio Vianna  
Mário Martins

Antônio Balbino  
Arthur Virgílio  
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — R/245.

Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano  
Vice-Presidente: Leandro Maciel

## ARENA

TITULARES  
José Feliciano  
Leandro Maciel  
Antônio Carlos  
Lobão da Silveira

SUPLENTE  
Filinto Müller  
Mem de Sá  
Duarte Filho  
Clodomir Millet

## M.D.B.

Nogueira da Gama

Edmundo Levi

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares  
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

## ARENA

## TITULARES

Benedicto Valladares  
Filinto Müller  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Carlos  
Mem de Sá  
Ney Braga  
Milton Campos  
Moura Andrade  
Fernando Corrêa  
Arnon de Melo  
José Cândido

## SUPLENTE

Wilson Gonçalves  
José Guimard  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Petrônio Portela  
José Leite  
Teotônio Vilela  
Mello Braga  
José Feliciano  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

## M.D.B.

Pessoa de Queiroz  
Mário Martins  
Aurélio Vianna  
Oscar Passos  
Bezerra Neto  
João Abrahão  
Josaphat Marinho  
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: terça-feira, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

## COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaza

## ARENA

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaza  
Clodomir Millet

## SUPLENTE

Júlio Leite  
Milton Trindade  
Ney Braga  
José Cândido  
Lobão da Silveira

## M.D.B.

Adalberto Sena  
Sebastião Archer  
Nogueira da Gama  
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: terça-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres

Vice-Presidente: Oscar Passos

## ARENA

## TITULARES

Paulo Tórres  
José Guimard  
Lobão da Silveira  
Ney Braga  
José Cândido

## SUPLENTE

Filinto Müller  
Atílio Fontana  
Domicio Gondim  
Manoel Villaza  
Mário Braga

## M.D.B.

Oscar Passos  
Mário Martins  
Argemiro de Figueiredo  
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

## COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende

Vice-Presidente: Arnon de Melo

## ARENA

## TITULARES

Eurico Rezende  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Melo  
Paulo Tórres  
José Guimard

## SUPLENTE

José Feliciano  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos  
Petrônio Portela  
Leandro Maciel

## M.D.B.

Ruy Carneiro  
João Abrahão  
Adalberto Sena  
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: terça-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Sebastião Archer

## ARENA

## TITULARES

José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Melo  
Domicio Gondim  
João Cleofas

## SUPLENTE

Paulo Tórres  
Atílio Fontana  
Eurico Rezende  
José Guimard  
Carlos Lindenberg

## M.D.B.

Sebastião Archer  
Pessoa de Queiroz  
Mário Martins  
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quarta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

## COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Clodomir Millet

## ARENA

## TITULARES

José Guimard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Millet  
Alvaro Maia  
Milton Trindade

## SUPLENTE

Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Sigefredo Pacheco  
Manoel Villaza

## M.D.B.

Edmundo Levi  
Oscar Passos  
Adalberto Sena  
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quarta-feira, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

Serviço Gráfico do Senado Federal  
Brasília - D.F.